AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 11 | NOVEMBRO 2013 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

PECUÁRIA DE CORTE



RUMO À SUSTENTABILIDADE

ENTREVISTA | Conheça os acordos comerciais e a participação do Brasil

EUA | Entenda o impasse fiscal americano

SOMABRASIL | Sistema de observação da agricultura brasileira

O agronegócio é o seguinte

Na rota da pecuária sustentável

A PIORA das contas externas nos últimos meses constitui um dos pontos centrais de preocupação da economia brasileira. De fato, o saldo das transações correntes em 2013 deverá ser deficitário, com uma cifra negativa superior a US$ 70 bilhões. Trata-se de um resultado preocupante, pois a deterioração ocorre em ritmo acelerado e com poucas perspectivas de reversão no curto prazo. Em grande medida, são os efeitos da perda de dinamismo das economias desenvolvidas na década passada e a crise de 2008.

Esse fenômeno apenas acentua a dependência brasileira do financiamento externo para fechar suas contas. Neste momento, dada a conjuntura de predominância da liquidez internacional ainda prevalecente no cenário global, esse não é um problema. As taxas de juros próximas a zero nas principais economias do mundo, ante um desempenho econômico com demonstrações de poucos sinais de recuperação consistente, indicam um quadro sem mudança no curto prazo. Com juros positivos no Brasil, fica fácil cobrir o déficit com capital especulativo.

No mercado internacional, os dois mais importantes ativos transacionados são os títulos da dívida norte-americana e o petróleo, nesta ordem. Qualquer movimento neles gera mudanças nos mercados de outros bens, como as ações, os títulos privados ou públicos, as cotas de fundos de investimentos etc. Em outubro, um impasse entre os dois principais partidos norte-americanos, o Democrata e o Republicano, quanto à política fiscal do presidente Barack Obama gerou um importante efeito adverso sobre o mercado de títulos da dívida dos Estados Unidos. Este impasse poderá ser sentido em todos os demais mercados, inclusive no mercado de *commodities* agrícolas.

A proximidade da 9ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a ser celebrada em Bali, Indonésia, de 3 a 6 de dezembro próximo, desperta natural atenção. Com a nova dinâmica de trabalho estabelecida pelo novo diretor-geral, o embaixador brasileiro Roberto Azêvedo, a intensidade e a objetividade das negociações ganharão novos ares. Além deste, outros assuntos relacionados a acordos comerciais são abordados por Vera Thorstensen, professora da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas e coordenadora do Centro de Comércio Global e Investimento da EESP-FGV, em entrevista à ***Agroanalysis***.

No açúcar, a reação à redução dos preços no mercado internacional provoca mudanças em alguns dos principais fundamentos do mercado mundial. A revisão das estimativas de produção aponta para uma queda significativa do excedente mundial. A safra mundial 2012/13 encerrou com uma sobreoferta de 9,66 milhões de toneladas de açúcar, valor cru equivalente. Para o ciclo de 2013/14, a estimativa indica excedente de apenas 2,36 milhões de toneladas. As principais revisões ocorrem na Rússia, União Europeia, Colômbia, Tailândia e Brasil.

A safra de verão começa a todo vapor no Brasil, rumo a novo recorde de produção, caso não ocorram problemas climáticos ou outras surpresas desagradáveis. Cerca de 85% da colheita correspondem a milho e soja. O primeiro perde área na primeira safra e apresenta resultado negativo; o segundo ganha espaço, com resultados econômicos favoráveis, mas não tão bons como na temporada passada.

Caderno especial da ***Agroanalysis*** trata da cadeia produtiva da agropecuária. Recentemente, a FAO lançou o estudo intitulado "Lidando com a pecuária através da mudança climática", em que analisa a sua importância sob o ponto de vista da emissão e da redução dos gases do efeito estufa (GEE). O documento faz uma avaliação detalhada da magnitude, fonte e via de emissões da bovinocultura, a partir de simulações de cenários, análises de ciclos de vida e coletas de séries estatísticas. Nessa direção, a iniciativa de se criar o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável demonstra uma antecipação de postura e alinhamento com as suas demandas futuras.

Em um cenário em que a demanda mundial por alimentos, fibras e energia aumenta significativamente, o Brasil assume um papel ainda mais relevante em pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e exportações vinculados a atividades agropecuárias. Por outro lado, as dimensões continentais do País dificultam o acompanhamento da ocupação do solo, importante para definir a aptidão ou restrição para a expansão e a intensificação da atividade agropecuária. Nesse contexto, a Embrapa Monitoramento por Satélite desenvolveu o SOMABRASIL (Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil), para integrar variáveis censitárias e dados gerados a partir do sensoriamento remoto, permitindo diferentes níveis de acesso e análise para o monitoramento das atividades agropecuárias e a realização de mapeamentos e zoneamentos. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: Shutterstock e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Vera Thorstensen

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
14 Frases e comentários

Mercado & Negócios

15 Democratas x republicanos
17 Organização Mundial do Comércio
18 Milho e soja
19 Açúcar

Gestão

22 Logística
25 SOMABRASIL

Fórum ABAG

27 Empreendedorismo Inovador

Especial Pecuária

31 Mundo: pecuária pode reduzir GEE

Especial Andef

43 Desafio 2050

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Especial Pecuária



31 Mundo: pecuária pode reduzir GEE

Gestão



21 Logística

Fórum ABAG



25 Empreendedorismo Inovador

Vera Thorstensen
Professora e pesquisadora da Escola de Economia da São Paulo da Fundação Getulio Vargas e coordenadora do Centro de Comércio Global e Investimento da EESP-FGV

O Mercosul precisa ser repensado

Por Paulo Roque

ESPECIALISTA EM regulação do comércio internacional com quinze anos de experiência em Genebra, Vera Thorstensen diz que o Brasil optou por uma estratégia de se centrar na América do Sul, além da cooperação com a África, o que, em sua opinião, não dá dinamismo ao comércio. Simulações realizadas pelo Centro do Comércio Global e Investimento da FGV mostram que o Mercosul não acrescenta nenhum ganho ao Brasil. Nesta entrevista à ***Agronalysis***, a professora dá uma aula imperdível sobre comércio exterior e como o Brasil situa-se dentro dele.

Agroanlysis No comércio internacional, o Brasil deve negociar de forma unilateral ou em bloco com demais países do Mercosul?

Vera Thorstensen No governo Fernando Henrique, a estratégia era negociar, além da OMC, acordos com os EUA e com a União Europeia. Durante os últimos dez anos, desde o início do governo Lula, a prioridade do Brasil foi alterada e passou a ser de negociação apenas no foro multilateral, na Organização Mundial do Comércio (OMC). O Governo optou por uma negociação multilateral, deixando em segundo plano parceiros fora da sua região. Hoje, olhando para trás, considero que perdemos uma grande oportunidade. O Brasil devia ter dado os primeiros passos, feito um acordo menos ambicioso, que liberalizasse o comércio aos poucos. Era difícil, mas devíamos ter tentado, inclusive com a União Europeia. O Brasil não quis mais negociar com os EUA, e a UE perdeu o interesse. Então, durante a gestão do presidente Lula, a opção foi de negociar só de forma multilateral. O que aconteceu? A Rodada de Doha estava funcionando, e todos os grandes temas que interessavam ao Brasil estavam lá. Mas, em 2008, veio o impasse da Rodada, a OMC entrou em crise, e o Brasil ficou isolado, sem acordos com os grandes blocos.

Logo depois da crise, ao contrário do Brasil, vários países partiram para uma estratégia de fazer acordos preferenciais bilaterais e regionais. Hoje, fala-se em mais de 500 acordos notificados à OMC e cerca de 400 em funcionamento. A Europa foi a que mais fez acordos, assim como os EUA. A China e a Índia fazem acordos no seu entorno. Agora, o que está faltando no quadro internacional são grandes acordos envolvendo os BRICS, entre eles ou com os grandes parceiros, como EUA, UE ou Japão. Isto é, os BRICS ainda não fizeram acordos com grandes parceiros. Todos os países partiram para acordos preferenciais, e o Brasil ficou isolado. O Mercosul tem acordos com o Egito, Israel e Palestina, troca de alguns produtos com a Índia e com a África do Sul – são



> “Todos os países partiram para acordos preferenciais, e o Brasil ficou isolado.”

400 produtos de cada lado. O Brasil escolheu uma estratégia de se centrar na América do Sul e, hoje, também fala de cooperação com a África. Só que isso não dá dinamismo ao comércio. O Centro do Comércio Global e Investimento da FGV está fazendo uma série de simulações que mostram que o Mercosul não acrescenta nenhum ganho ao Brasil, pois existem restrições de tal ordem que engessam o grupo. O Mercosul é um entrave, e isso precisa ser renegociado. Já que a nossa prioridade é a América do Sul, que se pense em uma área de livre comércio para valer! Ou seja, o Brasil deve ficar livre para fazer os acordos que quiser. O problema é que o Brasil está se deixando usar pela falta de vontade da Argentina para caminhar. Ele precisa tomar a dianteira e negociar novos acordos e deixar a Argentina acompanhar se quiser. Os acordos modernos permitem um acordo-quadro e arranjos diferentes para cada parte. Hoje, o Mercosul é uma camisa de força e precisa ser repensado.

Agroanlysis O discurso sempre foi no sentido de uma negociação multilateral? Ou isso, agora, mudou?

VT O discurso do Governo continua igualzinho: suas prioridades são a América do Sul e a África. Só que o mundo mudou, todos os países fazem acordos preferenciais. A China e a Índia também estão fazendo acordos. É importante destacar que, como a OMC e a Rodada de Doha entraram em crise, os EUA e a União Europeia, que sempre foram antagônicos, agora, estão sentados para discutir um acordo conjunto, o TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership). Os EUA também estão negociando o TPP (Trans-Pacific Partnership) com doze países do Pacífico. No momento em que isso acontecer, haverá um patamar de regulação muito maior, e isso criará barreiras ao comércio do Brasil com os grandes parceiros. No momento em que os dois maiores parceiros do Brasil – EUA e União Europeia – fizerem um acordo entre eles, que não é um acordo de tarifas, mas de regras de comércio, surgirão dois efeitos imediatos. Um é que os EUA, que são muito competitivos em agricultura, vão tomar as cotas que o Brasil tem na Europa, porque esta vai ter que abrir mais cotas para os EUA. O Brasil vai ser prejudicado em uma série de produtos, como laranja, soja e carne. Então, o efeito desse acordo transatlântico será mortal para o Brasil. Nesse contexto, não adianta ficar negociando com a América do Sul. Nós temos que negociar com grandes parceiros; não só com a Europa, mas também com os EUA. Qual é o problema do Brasil, hoje? A América do Sul está dividida: metade está voltada para o Pacífico. Assim, entram produtos chineses via Peru, via México, via Chile, maquiados ou não. O problema é muito sério, já que a América do Sul está dividida, como se houvesse um novo Tratado de Tordesilhas, e a China é o grande competidor mundial.

Agroanalysis A integração estratégica de comércio internacional faz sentido entre os BRICS?

VT Quem são os BRICS, hoje, no cenário do comércio? São os grandes mercados ainda sem grandes acordos. A China não tem acordo com os EUA, nem com a União Europeia ou Japão. A Índia está tentando com a União Europeia, mas isso está difícil. Na hora em que se fizer os acordos Transatlântico e Transpacífico, os BRICS ficarão isolados. Os BRICS só fazem parte da OMC, mas estão fora destes grandes acordos e, como tais, não estamos participando da criação das novas regras. Quando eu falo em regra, refiro-me às barreiras técnicas, sanitárias, fitossanitárias, de emissão de poluentes, e não a tarifas. Esse tema já ficou para trás. É verdade que a China é o maior parceiro do Brasil, comprando soja em grãos e minério de ferro. É preciso negociar para melhorar o perfil dessa pauta e agregar cada vez mais valor. Dá para fazer um acordo mais profundo entre eles? Teoricamente, sim, mas o Brasil não tem competitividade para fazer este acordo. Na área do agronegócio, qualquer acordo que o Brasil fizer é bom; o Brasil é competitivo. Mas, no caso da indústria, uns acordos são mais difíceis do que outros. Então, no lado da indústria, precisamos ter um esforço de modernização e competitividade e um grande esforço do Governo para reduzir a carga tributária e a carga trabalhista. Se o Governo não ajudar, qualquer acordo mata a indústria, mas não a agricultura, que ganha sempre. Por que o acordo Transatlântico (TTIP) está saindo? Porque a Europa está perdendo muitas exportações para os EUA. Os dois, juntos, pretendem fazer as regras do comércio do século XXI. No fundo, eles estão substituindo a OMC pelo acordo Transatlântico. Isolados, só resta aos BRICS, agora, reforçar a OMC.

> “Nós temos que negociar com grandes parceiros; não só com a Europa, mas também com os EUA.”

Agroanalysis Qual é o papel do Centro de Comércio Global e Investimento?

VT Eu trabalho há trinta anos com comércio internacional. Morei nos EUA e na Europa e, nos últimos quinze anos, em Genebra, como especialista em comércio internacional. Voltei para o Brasil para criar um Centro de Comércio na Fundação Getulio Vargas, para estudar a regulação do comércio internacional. É o único centro que conheço que tem advogados e economistas trabalhando em conjunto. A ideia é estudar os acordos, as questões legais e fazer todas as simulações sobre os efeitos das regras no comércio. Aí, estão incluídos: câmbio, energia, meio ambiente e clima. O objetivo do Centro é estar

sempre na fronteira do comércio internacional, estudando a parte regulatória e a parte econômica.

Agroanalysis Na atual situação, com o diplomata brasileiro Roberto Azevêdo na presidência, sobra espaço para a OMC atuar?

VT Este é um momento de crise, um momento sério, e é preciso que o novo diretor-geral consiga um acordo em Bali, em dezembro. O tema em discussão é na área de facilitação do comércio, que se refere a desburocratizar a importação e a exportação. Isso é importante, porque não é só a tarifa que atrapalha; a carga da burocracia é brutal e corresponde a 10% dos valores do comércio. O embaixador Roberto Azevêdo tem um grande desafio, que é fazer um pacote para facilitar o comércio, que inclua administração de cotas de agricultura, e um pacote de desenvolvimento para que os setenta países menos desenvolvidos possam exportar livres de cota e de tarifas. Ele é a pessoa certa para o lugar certo, porque conhece a organização profundamente. Todos estão torcendo por ele, porque, se Bali não der resultados, a OMC perde relevância no comércio internacional. Os acordos Transatlântico e Transpacífico passarão a estabelecer as regras, inclusive com tribunais para resolver conflitos dentro de suas estruturas. Como resultado, 65% do comércio de todo mundo ficariam fora das regras da OMC. Seria a fragmentação das regras do comércio. É complicado, porque haverá os BRICS, de um lado, e todo mundo integrado, do outro.



> “E o setor agrícola é o que ganha mais em qualquer acordo que se faça.”

Agroanalysis O impacto dos desalinhamentos cambiais das regras e instrumentos da OMC possui relação com a desvalorização do real?

VT Desalinhamento de câmbio existe desde que foi quebrado o padrão de dólar-ouro de Bretton Woods, em 1973, pelos EUA. E o resultado qual foi? Os países têm câmbios flutuantes e praticam desalinhamentos cambiais como política de comércio. O efeito do câmbio é mortal para a OMC, porque os efeitos dos desalinhamentos anulam os efeitos dos instrumentos comerciais, como tarifas e *antidumping*. No sistema atual, quem deve cuidar do câmbio é o FMI; só que o FMI não tem poder para coibir caso um país esteja manipulando ou não a sua moeda. A FGV criou um observatório de câmbio que usa várias metodologias sofisticadas para calcular desalinhamentos cambiais. O que acontece, por exemplo, se um país está desvalorizado? Ele estará subsidiando suas exportações e, portanto, estará descumprindo uma das regras básicas da OMC, que é a de proibição de subsídios à exportação. A China e os países da ASEAN estão com o câmbio desvalorizado há vinte anos. Tal câmbio distorce as regras do comércio e as tarifas. O efeito do câmbio é maior do que o das tarifas.

Agroanalysis A OMC corre o risco de se tornar uma entidade meramente protocolar caso não coloque a questão do câmbio na sua pauta?

VT O Brasil apresentou a questão do câmbio na OMC há três anos. Existe um comitê discutindo esse tema. Mas, agora, a prioridade é Bali. Se Bali for um sucesso, aí, sim, depois, o câmbio deve ser discutido na OMC como um dos novos temas. A OMC não pode resolver o problema do câmbio, mas deve neutralizar seus efeitos. Como dizer que a China é uma economia de mercado se ela subsidia seu câmbio há vinte anos? As regras da OMC funcionam para ela? Não, não funcionam, porque o desalinhamento é tão grande que não há tarifa no Brasil que segure as importações da China. Todos os países asiáticos estão desvalorizados e, dentro da Zona do Euro, a Alemanha, a Finlândia e a França estão desvalorizadas.

Agroanalysis O câmbio é o único fator que afeta a competitividade da indústria brasileira na hora de exportar? O agronegócio sofre com logística e infraestrutura.

VT Está na hora de o Brasil partir para a negociação de vários acordos preferenciais. Agora, o Brasil está preparado? Não. O agronegócio está preparado? Sim. Se o Brasil fizer acordos, o Brasil poderá exportar mais. Qual é o gargalo na agroindústria? A logística, o problema do escoamento, das estradas e dos portos. Para a indústria, os problemas são mais sérios. Além da falta da infraestrutura, existe o problema seríssimo dos encargos trabalhistas, que são os mais caros do mundo. Há, ainda, o problema do custo da energia, que, no Brasil, está entre os mais altos do mundo. Os juros estão altos, o câmbio não está no lugar. Quer dizer, para o Brasil se tornar um grande exportador, tem de fazer acordos. E o setor agrícola é o que ganha mais em qualquer acordo que se faça. Mas a indústria tem que se modernizar e se tornar mais competitiva. No entanto, os esforços não devem ser só dos empresários. O Governo tem de fazer a sua parte, sem dar subsídio, mas reduzindo a carga trabalhista, a carga tributária, o custo da energia e o custo da infraestrutura. ■

Macroeconomia

Contas externas em perspectiva

Rogério Mori*

UM DOS pontos centrais de preocupação da economia brasileira, nos últimos meses, tem sido a recorrente piora das contas externas. De fato, o saldo das transações correntes em 2013 deverá ser deficitário, com uma cifra negativa superior a US$ 70 bilhões. Trata-se de um resultado preocupante, pois a deterioração ocorre em ritmo acelerado e com poucas perspectivas de reversão no curto prazo. Esse fenômeno apenas acentua a dependência brasileira do financiamento externo para fechar suas contas.

Dada a conjuntura de predominância da liquidez internacional ainda prevalecente no cenário global, esse não é um problema neste momento. As taxas de juros próximas a zero nas principais economias do mundo, ante um desempenho econômico com demonstrações de poucos sinais de recuperação consistente, indicam um quadro sem mudança no curto prazo.

No entanto, não se deve esperar que essa conjuntura prevaleça indefinidamente. É de se aguardar uma recuperação na economia americana de forma mais consistente no médio prazo. Tal fato alterará, fatalmente, o balanço das preocupações do Fed (Banco Central dos EUA) do desemprego para a inflação. O resultado disso será um gradativo aperto monetário, com elevação da taxa de juros norte-americana.

O reflexo desse processo será dado por uma clara inversão no sentido da liquidez internacional, como, por exemplo, a saída de capitais do Brasil, com efeitos sobre a taxa de câmbio. Um exemplo da magnitude desse fenômeno pôde ser observado com o simples anúncio recente de suspensão de compra de títulos por parte do Fed. Em poucos dias, a cotação do dólar no Brasil saltou para R$ 2,40, com o Banco Central vendendo moeda estrangeira no mercado de câmbio para acalmar os ânimos.

De fato, o quadro das contas externas brasileiras atual reflete, em grande medida, os efeitos dos ocorridos com a perda de dinamismo das economias desenvolvidas na década passada e a crise de 2008. Nos últimos anos, como o ingresso de dólares no Brasil tem sido expressivo, há uma recorrente apreciação da moeda brasileira em relação às demais moedas.

A partir disso, o saldo comercial brasileiro cai de forma sistemática, face à conjunção entre o aceleramento das importações e a perda de dinamismo das exportações. A cada ano, o resultado da balança comercial brasileira perde cada vez mais expressividade, tendo, inclusive, acumulado déficit nos primeiros meses de 2013.

Do ponto de vista da estrutura produtiva brasileira, o setor comercializável com o exterior é o mais duramente atingido. Nesse sentido, o fraco desempenho da indústria brasileira provoca sua menor participação no Produto Interno Bruto do País, ano após ano, sem maiores sinais de reversão dessa trajetória.

Afora alguma mudança mais dramática no cenário externo, é pouco provável uma alteração nesse ambiente no curto prazo. Isso significa ser razoável imaginar alguma estabilidade na cotação da moeda norte-americana nos próximos meses. A atuação do Banco Central apenas reforça essa situação ao manter as vendas de dólares até o final do ano. Mesmo com o custo da diminuição das reservas internacionais, o Banco Central não gostaria de assistir a uma maior volatilidade na cotação da moeda estrangeira no curto prazo.

A política monetária, nesse contexto, também contribui para essa perspectiva. Ao longo dos últimos meses, o Banco Central tem elevado sistematicamente a meta da taxa básica de juros – Selic –, com vistas a combater a alta da inflação. Nesse ritmo, tudo indica uma taxa acima do patamar de 10% ao ano já no início do próximo ano.

Com isso, a atratividade de recursos externos direcionados para renda fixa no Brasil deverá aumentar, de modo a contribuir para manter a cotação do dólar relativamente estável.

Esse é um cenário que não se mostra dos mais favoráveis para as contas externas no médio prazo, mas, sem sombra de dúvida, ajuda o Governo no processo de tentar controlar a inflação neste momento. A estabilidade da cotação do dólar contribui para manter os preços dos produtos comercializáveis com o exterior relativamente estáveis, o que, em outras palavras, elimina um fator de pressão inflacionária no final deste ano e no início de 2014. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail
psroque@uol.com.br ou paulo@sincronismocomunicacao.com

CARNE BOVINA PARA A RÚSSIA


STOCK.XCHNG

Seis frigoríficos foram autorizados a exportar carne bovina, miúdos e envoltórios naturais para a Rússia. A retomada das exportações de carne bovina para a Rússia foi autorizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Na segunda semana de outubro, o site do Serviço Federal de Vigilância Sanitária e Fitossanitária da Rússia (Rosselkhoznadzor) publicou oficialmente a liberação dos frigoríficos, que estão situados em quatro estados brasileiros: São Paulo (JBS e Frigol), Mato Grosso do Sul (JBS e Marfrig), Goiás (JBS) e Mato Grosso (JBS).

UBABEF EXALTA "BRASILIDADE" EM CAMPANHA PUBLICITÁRIA

Com o slogan "*Brazilian Chicken: bringing health and happiness to the world*" ("Brazilian Chicken: levando saúde e alegria para o mundo"), a União Brasileira de Avicultura (UBABEF) lançou, durante a Anuga – uma das maiores feiras de alimentos do mundo, realizada em Colônia, na Alemanha –, o novo vídeo da campanha internacional da carne de frango brasileira. Mantida pelo projeto setorial Brazilian Chicken, realizado em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a campanha, além de realçar os diferenciais mais conhecidos dos produtos avícolas do Brasil no mercado internacional – a qualidade, a segurança sanitária e a sustentabilidade da produção –, exalta a "brasilidade" e destaca a felicidade do povo como um dos valores agregados aos produtos avícolas.

APROVADA PROPOSTA QUE REGULAMENTA CLONAGEM DE ANIMAIS

A proposta que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização de material genético animal e de animais domésticos clonados foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, em Brasília. Poderão ser clonados somente os animais domésticos de interesse zootécnico: bovinos, búfalos, cabras, bodes, ovelhas, cavalos, asnos, mulas, porcos, coelhos e aves. O texto aprovado é um substitutivo do Senado para o Projeto de Lei 5010/13, da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que regulamentava a clonagem de mamíferos, exceto seres humanos, além de peixes, répteis, anfíbios e aves; e, também, revoga a Lei 6.446/77, que trata da inspeção e fiscalização de sêmen para inseminação artificial em animais domésticos. O projeto será analisado ainda pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

GOVERNO RECONHECE A PROFISSÃO DE VAQUEIRO

A profissão de vaqueiro foi reconhecida por meio da Lei 12.870, sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff. Estão entre as atribuições do vaqueiro cuidar da saúde de bovinos, bubalinos, equinos, muares, caprinos e ovinos, assim como alimentá-los e ordenhá-los, bem como a manutenção das instalações dos animais, além do treinamento e da sua preparação para eventos culturais e socioesportivos, garantindo que não sejam submetidos a atos de violência. O artigo 4º define que a contratação dos vaqueiros é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento agropecuário. Foi vetado o parágrafo único deste artigo, que estabelecia a necessidade de contratação de seguro de vida e de acidentes. O Governo levou em consideração a realidade econômica do setor, em especial a dos pequenos produtores, para justificar o veto, alegando que a medida oneraria excessivamente o processo produtivo.

PRODUTORES GAÚCHOS PODERÃO RENEGOCIAR DÍVIDAS

O Conselho Monetário Nacional aprovou a renegociação das dívidas de custeio e investimento dos produtores de soja, milho e trigo em municípios do Rio Grande do Sul onde tenha sido decretado estado de emergência ou calamidade pública em razão da seca ou estiagem nos anos de 2005 a 2012. Os produtores rurais devem comunicar até o próximo dia 30 de dezembro o interesse na renegociação às instituições financeiras credoras. As operações precisam ser formalizadas pelos bancos até o dia 30 de abril de 2014.

OS NÚMEROS DA FOME


STOCK.XCHNG

Mesmo em queda, os números da fome no mundo ainda assustam e envergonham. No período de 2011-2013, cerca de 842 milhões de pessoas – aproximadamente uma em cada oito – sofreram de fome crônica, menos do que o registrado no período de 2010/12, quando se atingiu a cifra de 842 milhões de pessoas. As estatísticas são do relatório Situação da Insegurança Alimentar no Mundo, publicado todos os anos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD, na sigla em inglês) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Segundo o estudo, a maioria das pessoas famintas vive em regiões em desenvolvimento, enquanto 15,7 milhões vivem nos países desenvolvidos. A maior parte das pessoas subnutridas ainda é encontrada no Sul da Ásia (295 milhões), seguido pela África Subsaariana (223 milhões) e Ásia Oriental (167 milhões).

EXPANSÃO DO MERCADO DE BIODIESEL


STOCK.XCHNG

Até novembro, o Congresso Nacional receberá proposta de aumento da mistura do biocombustível por litro de diesel dos atuais 5% (B5) para 7% (B7) em 2014. De acordo com o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel, o coordenador da Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel, Rodrigo Rodrigues, relatou que será enviada uma Medida Provisória ou um Projeto de Lei sobre o tema ao Poder Legislativo. Se a opção for pelo PL, será pedida tramitação de urgência para a matéria. A proposta do Governo deve prever uma mistura de 10% (B10) em 2020, de acordo com as condições de oferta de matéria-prima e indicadores econômicos. A variação destes fatores poderá levar à redução do percentual, mas nunca abaixo dos 7%.

DECRETO SIMPLIFICA IMPLANTAÇÃO DE ARMAZÉNS NO MATO GROSSO

A Famato informa que, após um longo período de debates entre o setor produtivo e o governo, finalmente, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) entendeu que a implantação dos armazéns não é considerada de alto impacto ambiental, conforme já era previsto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Por meio do Decreto 1.964, o processo para implantação e operação de armazéns, silos, equipamentos de secagem e beneficiamento dos produtos agrícolas nas propriedades ficou mais simples. Antes, o produtor rural que quisesse construir ou ampliar seu armazém precisava cumprir mais de cinquenta itens para conseguir emitir o licenciamento ambiental. Agora, terá que apresentar um formulário denominado "Comunicado de Armazém e Silo", acompanhado da documentação exigida pela SEMA. O formulário será disponibilizado no site da Secretaria (www.sema.mt.gov.br) e deve ser protocolado na secretaria ou em uma de suas unidades regionais.

MP 619 PASSA PELO SENADO

O Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 619, que tem como objetivo dar mais agilidade à realização de licitações para novas unidades armazenadoras, para atender o aumento da produção de grãos no País. O texto, que vai à sanção presidencial, permitirá a Conab utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para a construção e ampliação de armazéns, além da importação, em caráter emergencial, de defensivos não registrados no Brasil para evitar a proliferação de pragas exóticas; e, também, eliminará a limitação dos prazos para o penhor rural, que, antes, era de três anos para a agricultura e de cinco anos para a pecuária, prorrogáveis por mais três anos em ambos os casos. Para os pequenos produtores, as despesas adicionais cobradas na aquisição de imóveis rurais, como tributos e taxas cartoriais, poderão ser incluídas nos contratos de financiamento.


STOCK.XCHNG

CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO COMPLETA UM ANO DE VIGÊNCIA

A OCB reafirma o seu compromisso com a implementação da nova legislação.

"Produzir sim, e cada vez com mais qualidade, sem descuidar, jamais, do compromisso de colaborar com a preservação do meio ambiente". Com esse pensamento, o Sistema OCB apoia suas cooperativas na implementação do novo Código Florestal brasileiro. No momento em que a legislação consolidada (Lei 12.561/2012 e Lei 12.727/2012) completa um ano de vigência, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ratifica o seu comprometimento com a promoção do desenvolvimento sustentável no País. O trecho em destaque faz parte da cartilha "Cooperação ambiental – O desafio de preservar e produzir", que a entidade lançou no final de outubro, trazendo um balanço do primeiro ano do novo normativo.

"Como representantes do movimento cooperativista nacional, nós do Sistema OCB abraçamos essa causa, reafirmando o compromisso das cooperativas brasileiras com a continuidade da produção agropecuária e a preservação do meio ambiente. Estamos totalmente empenhados no apoio às nossas cooperativas e associados para que tenham acesso aos benefícios da nova legislação, assumindo o papel de facilitadores nesse cenário", destaca o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Na avaliação do Sistema OCB, o novo Código, mesmo sem atender 100% das expectativas, é inovador por viabilizar a produção agropecuária, especialmente nas áreas já consolidadas, desde que aliada ao uso racional dos recursos naturais. A desburocratização de alguns processos, como a regularização ambiental das propriedades, é outro ponto destacado pelos cooperativistas. "A ideia é que esse processo seja feito em menos tempo e de forma menos onerosa ao produtor rural, e nós estamos trabalhando fortemente para que todos os nossos associados que atuam no campo – cerca de 1 milhão – estejam devidamente informados e possam viabilizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), regularizar suas propriedades e resgatar efetivamente a segurança jurídica".

"COOPERAÇÃO AMBIENTAL" – Além da cartilha, o Sistema OCB lançou um *blog* com o mesmo nome sobre o novo Código Florestal. As duas ferramentas de comunicação têm como objetivo resgatar o processo de tramitação da matéria no Congresso Nacional, ressaltando a necessidade de alteração da antiga legislação e chamando a atenção para os benefícios gerados pelo novo Código. É possível visualizar uma linha do tempo e saber qual o posicionamento do setor cooperativista sobre o tema e as principais inovações do novo normativo. Além disso, *blog* e cartilha abordam os principais desafios dessa fase de implementação. A meta do Governo é regularizar as 5,5 milhões de propriedades rurais do Brasil no prazo de dois anos. Destas, 1 milhão são de produtores rurais cooperativistas.

OUTRAS AÇÕES – Para auxiliar ainda mais no processo, o Sistema OCB promoverá, a partir deste mês, oficinas de capacitação dos produtores sobre o CAR e outros mecanismos previstos na nova legislação. A ideia é iniciar o pro-



ISTOCKPHOTO



ISTOCKPHOTO

cesso com quatro estados, capacitando cerca de sessenta representantes de cooperativas em cada um deles. O projeto continuará em 2014. Ele faz parte de um acordo de cooperação entre a OCB e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), assinado em dezembro de 2012. O Sistema ainda participa do Grupo de Trabalho criado pelo MMA para a implementação do novo Código, dando retorno sobre as demandas da base e sugestões de aprimoramento. O monitoramento dos normativos relativos à matéria complementa as ações realizadas pela OCB.

NÚMEROS DO COOPERATIVISMO – O cooperativismo desempenha um papel importante no contexto econômico, político e social brasileiro. Presente em todos os setores da economia, o setor reúne 11 milhões de cooperados e gera 321 mil empregos diretos, mobilizando um total de 44 milhões de pessoas no País – incluindo as famílias dos associados. No campo, as 1.561 cooperativas agropecuárias são responsáveis pela geração de trabalho e renda para 1 milhão de produtores e contam com 164 mil empregados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 50% de tudo que é produzido internamente passam de alguma forma por uma cooperativa. A sua produção também vai para outros países. Em 2012, foram contabilizados US$ 6 bilhões em vendas ao exterior, e, até agosto de 2013, as exportações do segmento já renderam US$ 4,2 bilhões. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).





O Brasil precisa acreditar nos investimentos em logística para o Centro-Oeste. É mais uma questão de vontade política do que uma dificuldade do País.

RUI PRADO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), em palestra no Fórum Estadão Regiões, realizado em São Paulo, pelo jornal O Estado de São Paulo

O Mercosul virou apenas ideologia. Não tem mais nada a ver com o que o Brasil precisa na prática.

ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA, diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp, durante o debate "O nó do comércio mundial", no 2º Fórum Nacional de Agronegócios

O maior problema é que ninguém sabe o que é sustentabilidade.

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES, presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), durante apresentação no 2º Fórum Nacional de Agronegócios, em Campinas

Temos que acabar com a ideologia em infraestrutura. Ou ela acontece, ou não. O modelo de parcerias público-privadas é que vai prevalecer em boa parte dos investimentos em infraestrutura no Brasil.

SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ (PT-MS), no Fórum Estadão Regiões, realizado pelo jornal O Estado de São Paulo

A pecuária atual não tem espaço para 'achismos'; ela precisa ser rentável e, acima de tudo, ser rastreável. Dessa forma, teremos bons resultados e o risco da pecuária submergir diante do apetite dos sojicultores irá diminuindo com o passar do tempo.

JOSÉ ANNES MARINHO, engenheiro agrônomo e gerente de Educação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Hoje, por exemplo, há um preconceito enorme com os alimentos transgênicos, o que não deveria existir, pois são os alimentos que mais são testados nas normas de biossegurança. O problema ainda é ideologia.

ADRIANA BRONDANI, diretora do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), durante o debate "Os nós dos insumos", no 2º Fórum Nacional de Agronegócios, em Campinas

Nos países pobres, a redução da fome e da pobreza somente será obtida com o crescimento que seja não apenas sustentável, mas, também, amplamente compartilhado.

Relatório Situação da Insegurança Alimentar no Mundo, publicado todos os anos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD, na sigla em inglês) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA)

As pessoas criam nomes para as produções. Para alguns, são inseticidas; para outros, veneno. Isso é um problema e uma injustiça para o produtor.

EDUARDO DAHER, diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), durante o debate "Os nós dos insumos", no 2º Fórum Nacional de Agronegócios, em Campinas

Que fique bem claro: agricultura sustentável não depende de quem a faça; depende de como é feita. Agricultura empresarial, familiar, orgânica, agroecológica, qualquer uma pode ser sustentável.

CIRO ANTONIO ROSOLEM, membro do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) e professor titular da Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCA/UNESP Botucatu)

Democratas x republicanos

Bom para os emergentes?

Felippe Serigati*

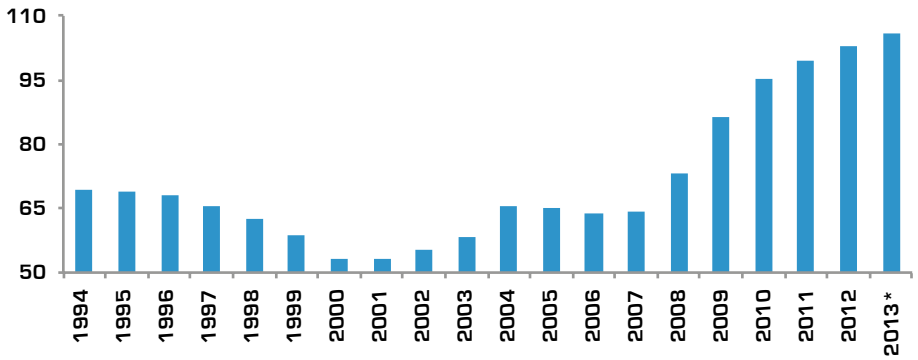
TÍTULOS DA dívida norte-americana e petróleo são, nesta ordem, os dois mais importantes ativos transacionados no mercado internacional. Isso significa que qualquer movimento nestes dois mercados gera mudanças nos mercados de quase todos os demais bens, sejam eles ações, títulos privados ou públicos, cotas de fundos de investimentos etc. Em outubro, um impasse entre os dois principais partidos norte-americanos, o Partido Democrata e o Partido Republicano, quanto à política fiscal do presidente Barack Obama gerou um importante efeito adverso sobre o mercado de títulos da dívida dos Estados Unidos. Seu efeito será sentido em todos os demais mercados, inclusive no mercado de *commodities* agrícolas.

O impasse entre democratas e republicanos

Desde 2001, os Estados Unidos têm registrado déficit nominal, isto é, a receita do governo tem sido insuficiente para financiar todas as suas despesas. Este déficit piorou fortemente a partir de 2009 (10% do PIB, na ocasião), devido à crise econômica, que derrubou a arrecadação e obrigou o governo a aumentar os gastos para salvar o sistema financeiro e a economia como um todo. Como resultado, o estoque de dívida dos Estados Unidos cresceu significativamente nos últimos anos. Enquanto a relação dívida pública/PIB era de 73%, em 2008, atualmente, ela está estimada em 106%.

De um lado, os democratas, liderados pelo presidente Obama, defendem que esses gastos são necessários para reanimar a economia. Por outro lado, os republicanos, o partido oposicionista, alegam que os consecutivos déficits estão criando uma bomba que irá minar o crescimento da economia no médio prazo. Há duas estratégias bem simples e não excludentes para resolver o problema do déficit norte-americano: cortar gastos ou aumentar impostos. Enquanto os democratas são contrários à primeira solução, os republicanos não aceitam a segunda alternativa. Em síntese, esse é o impasse que travou o governo norte-americano na primeira metade de outubro.

Evolução do estoque de dívida dos Estados Unidos (% PIB)



* Estimativa
Fonte: FMI

No mês passado, essa disputa entre os dois partidos revelou-se de forma mais contundente em dois momentos:

• O desligamento (*shutdown*) do governo federal: o *shutdown* do governo foi resultado da não aprovação do orçamento para o novo ano fiscal, que se iniciou no dia 1° de outubro. Com isso, expirou-se a autorização que o governo federal tinha para realizar gastos discricionários, o que envolve o funcionamento dos correios, parques nacionais, museus, bibliotecas e até de alguns sites oficiais.

• A elevação do teto da dívida pública norte-americana: a capacidade do governo federal dos Estados Unidos de tomar recursos emprestados (leia-se, emitir dívida) está restrita a um limite máximo. Este limite era de US$ 16,7 trilhões e, de acordo com o Departamento do Tesouro norte-americano, este teto seria superado no dia 17/10. Para que os Estados Unidos pudessem emitir novos títulos de dívida para financiar seu déficit, seria necessário expandir este limite. Todavia, esta expansão depende da aprovação do Congresso, e os republicanos condicionavam o novo teto a cortes de gastos. Caso o novo limite não fosse aprovado até aquela data, o governo norte-americano não poderia mais emitir dívida e poderia até entrar em *default* (leia-se, calote).

Esse impasse sustentou-se até as últimas horas do dia 16/10, quando parte da bancada republicana no Congresso norte-americano aceitou aprovar um novo teto para dívida pública e o governo pôde voltar a funcionar com relativa normalidade. A normalidade é relativa porque o acordo celebrado prevê que o governo terá recursos para operar normalmente até o final da primeira quinzena de janeiro e que o novo teto será suficiente até o início de fevereiro. Ou seja, provavelmente, o mundo voltará a assistir a um impasse como este no início de 2014.

Além da previsão de um novo embate entre republicanos e democratas, o impasse do último mês trouxe consequências importantes para a economia dos Estados Unidos e do restante do mundo.

Desdobramentos desse impasse para os Estados Unidos

Como, dessa vez, o embate dentro do Congresso foi muito duro, parece que houve mudanças na percepção dos agentes quanto à situação da economia norte-americana:

• Aumentou a percepção de risco referente aos títulos de dívida dos Estados Unidos: embora estes papéis continuem sendo o ativo mais seguro disponível no mercado financeiro, a possibilidade de um calote será maior do que era antes. Ninguém tem qualquer dúvida quanto à capacidade dos Estados Unidos de honrar seus pagamentos; no limite, o Tesouro norte-americano precisa simplesmente emitir moeda para pagar os seus vencimentos. O problema é político. Ficou muito claro que o impasse entre os dois principais partidos dos Estados Unidos pode levar, sim, a um calote norte-americano, mesmo que esta economia tenha plena capacidade de honrar seus compromissos.

• Desaceleração do crescimento econômico: o *shutdown* do governo norte-americano levou a uma redução da previsão do ritmo de crescimento da economia no quarto trimestre, agora estimado em 0,6%; além disso, também levou a uma queda no índice de confiança do consumidor. Com uma desaceleração no ritmo de crescimento, aumenta a probabilidade de que a política monetária terá que permanecer frouxa por mais tempo. Isso significa que a taxa de juros permanecerá em patamares mínimos por um período maior e que o Fed prosseguirá com a política de compra de títulos privados para injetar dinheiro na economia.

Mudança no comando do Fed: política monetária deverá prosseguir frouxa

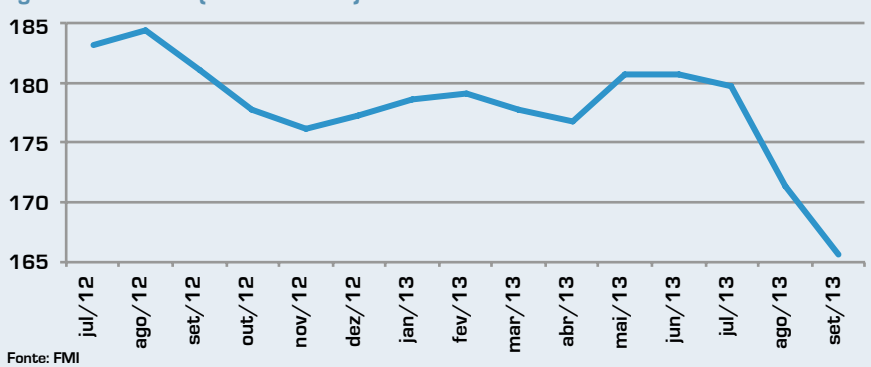
Devido à toda confusão causada pelo impasse entre democratas e republicanos, um importante evento passou sem a devida atenção por parte da imprensa especializada: a indicação de que o presidente Barack Obama escolheu Janet Yellen para substituir Ben Bernanke no comando do Federal Reserve (Fed – o Banco Central dos Estados Unidos). Como Janet Yellen tem um perfil menos conservador do que os demais candidatos para a vaga, essa mudança sinaliza que a política monetária mais frouxa dos Estados Unidos deverá continuar por um período mais longo do que Ben Bernanke tinha indicado em maio deste ano. Em outras palavras:

• a taxa de juros dos Fed Funds deverá permanecer baixa (atualmente, operando dentro de um intervalo entre 0 e 0,25% a.a.) por um período maior; e

• o Fed continuará comprando títulos privados para aumentar a liquidez pelo menos até o final do primeiro semestre de 2014.

Com isso, é possível arriscar que a tendência de apreciação das moedas dos países emergentes, entre elas o real, foi revertida, ao menos por enquanto. Outra face desse mesmo fenômeno é a volta de dólares para ativos que acompanham os movimentos dos preços das *commodities* (agrícolas, minerais e energéticas). Em poucas palavras, os preços destas *commodities* poderão recuperar parte das perdas apresentadas desde o início do ano.

Evolução do índice de preços de *commodities* agrícolas do FMI (2005 = 100)



Fonte: FMI

Desdobramentos desse impasse para as economias emergentes

Desde maio deste ano, quando Ben Bernanke – presidente do Fed na ocasião – sinalizou que poderia iniciar o aperto da política monetária, as moedas dos países emergentes passaram por um processo de desvalorização e os preços das *commodities*, na média, caíram. Como o embate no Congresso norte-americano deve prosseguir e forçar a manutenção da política monetária mais frouxa por um período maior, os ativos associados às economias emergentes voltarão a ficar mais atraentes. Na verdade, isso já está acontecendo e pode ser visto no movimento de queda da taxa de câmbio brasileira desde o final de setembro.

Nesse ponto, é importante deixar claro que essa é uma situação temporária. Cedo ou tarde (provavelmente, tarde), o Fed terá que parar de injetar liquidez no mercado internacional e, posteriormente, recolher parte do volume de dólares já emitido. Esse processo dar-se-á por dois canais:

• aumento da sua taxa de juros (Fed Funds), o que aumentará a demanda por títulos norte-americanos; e

• venda de parte dos papéis privados que estão hoje no balanço do Fed.

Em ambos os casos, haverá a troca de dólares por títulos de dívida. Enfim, em poucas palavras, o recado final é que a situação temporária e favorável aos emergentes no mercado internacional será mantida por mais um tempo. Porém, não podemos esquecer que esta é uma conjuntura temporária; não é recomendável considerá-la como permanente. ■

*Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)

Organização Mundial do Comércio

Novos rumos

Guilherme Antônio da Costa Júnior*

UMA ORGANIZAÇÃO renovada. Uma organização reestimulada. É esse o sentimento corrente na Organização Mundial do Comércio (OMC) no momento.

Considerada a mais importante organização internacional na definição de normas reguladoras do comércio internacional, a OMC tem por objetivo, por meio dos seus acordos, criar regras para tornar o comércio o menos distorcivo possível, destacando-se de forma substantiva as relações comerciais agrícolas.

Como se sabe, o embaixador brasileiro Roberto Azevêdo foi eleito, em maio passado, o novo diretor-geral (DG) da OMC. Diplomata de carreira, com larga experiência em negociações internacionais na área comercial, além de profundo conhecedor da organização, o embaixador Azevêdo reúne todas as qualidades para contribuir com o progresso institucional da OMC e com o desenvolvimento econômico e social mundial.

Um dos principais desafios do novo DG é o de reavivar a liberalização do comércio mundial e os pactos multilaterais de comércio, por meio de negociações entre os membros da OMC e do estabelecimento de novas disciplinas.

A organização representa, na realidade, muito mais do que um fórum de negociações. Entretanto, apesar da importância inquestionável dos seus outros dois pilares – a atuação dos órgãos subsidiários no monitoramento da aplicação das regras já estabelecidas nos acordos da OMC e o Órgão de Solução de Controvérsias –, o pilar das negociações encontrava-se expressivamente enfraquecido. Nesse contexto, a organização deve avançar também nos seus aspectos normativos, em razão das mudanças ocorridas nos sistemas de comércio desde a Rodada Uruguai. A realidade da produção de bens, hoje em dia, é diferente daquela na qual foram estabelecidos os últimos acordos comerciais multilaterais. As cadeias de produção são muito mais fragmentadas e dependem, em muitos casos, da abertura comercial para importações a fim de realizar o seu processo de produção de maneira competitiva.

De fato, os últimos anos têm sido marcados pelas dificuldades de avanço nas questões de comércio no sistema multilateral. A tendência observada é a procura, por parte dos países, de soluções em níveis bilaterais e regionais, com a justificativa de criar maneiras mais viáveis de dinamizar o comércio internacional em tempos de crise. Nestes momentos, a vontade política para realizar acordos de liberalização do comércio é bastante diminuída, mesmo havendo consenso de que as barreiras são prejudiciais aos fluxos comerciais.

A cerimônia de posse do embaixador Azevêdo, primeiro latino-americano a assumir o cargo, ocorreu no dia 9 de setembro de 2013, durante sessão do Conselho Geral da OMC. Desde então, observa-se uma mudança significativa no ritmo da organização.

A aproximação da 9ª Conferência Ministerial da OMC (MC9), a ser celebrada em Bali, Indonésia, de 3 a 6 de dezembro de 2013, somada à nova dinâmica de trabalho estabelecida pelo DG, nitidamente alterou a intensidade e objetividade do pilar das negociações na organização.

O DG tem promovido um novo estilo de trabalho, por meio de consultas intensas com os países-membros e com foco na obtenção rápida de resultados. Por exemplo, ele assiste pessoalmente às reuniões que copreside com os presidentes das sessões. Os encontros possuem objetivos mais concretos, e as intervenções são feitas com tempo limitado. Dessa forma, modifica-se a dinâmica do trabalho, proporcionando muito mais objetividade. As negociações, de fato, foram finalmente retomadas, há um novo clima negociador na organização e se trabalha na busca de um acordo para Bali, necessariamente parcial e ainda simplificado nos seus objetivos, o que representaria o primeiro resultado concreto no pilar das negociações da entidade em aproximadamente vinte anos.

As negociações são realizadas com foco nas três áreas-chave: agricultura, facilitação de comércio e desenvolvimento.

Em agricultura, estão sendo negociadas propostas apresentadas pelo G20 Agrícola, sobre administração de quotas tarifárias e competição em exportações, e pelo G33, sobre segurança alimentar.

A MC9 não é um fim em si mesma, para a OMC. Ao contrário, é apenas um passo, uma etapa importante no processo de liberalização do comércio mundial. Ou seja, não há a menor possibilidade de se finalizar a Rodada Doha em Bali. Entretanto, o fato de se conseguir um pacote parcial na Conferência e um entendimento político para a continuidade das conversas sobre Doha já será um avanço importante para o sistema multilateral de comércio.

Finalmente, espera-se que, na continuidade dos trabalhos da OMC sob a direção do embaixador Azevêdo, após a Conferência de Bali, continuem sendo promovidos movimentos significativos para avanços do comércio internacional. ■

Este artigo reflete a opinião do autor, e não da instituição que representa.

*Adido agrícola junto à Missão Permanente do Brasil na OMC em Genebra

Milho e soja

Cenários para 2014

Rafael Ribeiro[1]
Gustavo Aguiar[2]
Alcides Torres[3]

A ÁREA plantada com soja deverá crescer em 2013/14, no Brasil. Apesar dos preços estarem menores, na comparação com 2012, a expectativa é de um resultado econômico positivo. A maior disponibilidade do produto nos estados colabora com esse cenário de preços mais baixos. A Argentina, o Paraguai e o Uruguai também deverão aumentar sua produção de soja na temporada atual.

No Mato Grosso, maior produtor nacional, estima-se um lucro de R$ 1.149,22 por hectare de soja, 18,2% a menos do que os R$ 1.405,64 por hectare apurados na temporada 2012/13. Além da previsão de preços mais baixos em 2013/14, os custos de produção aumentaram 21,9% na safra atual (IMEA).

No milho, o elevado estoque interno tira, em parte, a preocupação quanto à disponibilidade do grão no primeiro semestre de 2014, em vista da expectativa de redução de área e produção de milho na safra de verão. A Conab estima os estoques de passagem em 14,59 milhões de toneladas de milho, em 2013, frente aos 5,51 milhões de toneladas, ao final de 2012. Além do maior custo de produção, o preço está bem abaixo do verificado em 2012/13. No Mato Grosso, o resultado estimado em 2013/14 é negativo, com prejuízo de R$ 344,73 por hectare.

Produção no Brasil e nos Estados Unidos

O plantio começou nas principais regiões produtoras, e, se o clima colaborar, a produção de grãos brasileira será recorde em 2013/14. O milho de primeira safra deverá perder espaço para a soja. A expectativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de que sejam semeados entre 6,36 milhões e 6,56 milhões de hectares com a cultura, frente aos 6,82 milhões de hectares em 2012/13. A produção de milho de verão está estimada entre 32,25 milhões e 33,44 milhões de toneladas (2013/14). Na temporada anterior, foram colhidos 34,82 milhões de toneladas.

Para o milho de segunda safra, foi mantida a área plantada de 2012/13 e aplicado o rendimento médio dos últimos cinco anos, conforme a metodologia da Conab. Considerando a primeira e a segunda safras, a colheita deverá oscilar entre 78,43 milhões e 79,62 milhões de toneladas em 2013/14, frente aos 81,00 milhões de toneladas colhidos na safra passada. Esses números deverão ser revisados, em especial os relacionados à segunda safra, cuja área plantada deverá ser maior em 2014.

Com relação à soja, a área plantada deverá crescer, ficando entre 28,66 milhões e 29,35 milhões de hectares em 2013/14. Na comparação com os 27,72 milhões de hectares semeados em 2012/13, o aumento está entre 3,4% e 5,4%. Em alguns estados, como Maranhão e Piauí, a área ocupada com a cultura deverá crescer até 15,0% e 12,0%, respectivamente.

Nos Estados Unidos, a produção de milho está estimada em 351,64 milhões de toneladas e a de soja, em 85,71 milhões de toneladas (2013/14), respectivamente 28,4% e 4,4% maiores ao se comparar com a safra 2012/13, quando foi registrada quebra na produção norte-americana. Esses números são do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e foram divulgados em setembro. ■

Estimativas de resultados econômicos para a soja e para o milho no Mato Grosso

	Soja		Milho	
	2012/13	2013/14	2012/13	2013/14
Custo de produção (R$/ha)	1.510,65	1.841,27	1.228,85	1.492,42
Produtividade (sacas/ha)	49,8	51,6	102,0	102,0
Preço médio* (R$/saca)	58,56	57,96	18,27	11,25
Receita (R$/ha)	2.916,29	2.990,49	1.863,59	1.147,69
Lucro (R$/ha)	**1.405,64**	**1.149,22**	**634,74**	**-344,73**

*Safra 2012/13: preço médio de julho/12 a junho/13; safra 2013/14: preço médio de julho/13 a outubro/13
Fonte: IMEA/Scot Consultoria

1 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Açúcar

Redução do excedente mundial

Plinio Mario Nastari*

O CLIMA e a reação à redução dos preços no mercado internacional têm causado, em alguns dos principais fundamentos do mercado mundial, uma revisão das estimativas de produção que apontam para uma queda significativa do excedente mundial. A DATAGRO estima que a safra mundial 2012/13 (out/set) encerrou com excedente de 9,66 milhões de toneladas de açúcar, valor cru equivalente. Para o ciclo de 2013/14 (out/set), a estimativa indica excedente de apenas 2,36 milhões de toneladas. As principais revisões ocorrem na Rússia, União Europeia, Colômbia, Tailândia e Brasil.

Rússia

Na Rússia, a forte incidência de chuva, desde agosto, tem comprometido a colheita de beterraba. Até o dia 23 de setembro, foram processados 9,7 milhões de toneladas de beterraba, contra 12,8 milhões, em igual período de 2012 – uma redução de 24,2%. Além do menor volume de beterraba, as chuvas também ameaçam a concentração de sacarose da planta.

Esse cenário desperta a preocupação de que a Rússia possa produzir menos açúcar do que o inicialmente esperado. Em virtude do menor plantio de beterraba, nossa primeira estimativa já apontava para uma queda na produção, de 4,75 milhões de toneladas, em 2012/13, para 4,11 milhões, em 2013/14. Contudo, por conta da adversidade climática, este número pode ficar abaixo de 4 milhões de toneladas.

A Rússia produziu 890 mil toneladas de açúcar até o dia 23 de setembro, contração de 18,3% sobre o mesmo período da safra anterior, quando 1,09 milhão de toneladas foram produzidos. A importação de açúcar da Rússia em 2013/14 pode atingir 1,81 milhão de toneladas, contra 1,20 milhão de toneladas no ciclo passado.

União Europeia

Na União Europeia, devido a problemas climáticos e ao menor plantio de beterraba, a produção de açúcar cairá 7,9%, em 2013/14, para 15,86 milhões de toneladas, contra 17,22 milhões, na safra anterior. Conforme estimativa da DATAGRO, estará disponível para colheita 1,59 milhão de hectares com beterraba na União Europeia em 2013/14, contra 1,661 milhão de hectares na safra anterior. O clima frio e úmido durante a última primavera comprometeu o calendário de plantio nas principais regiões produtoras.

O aumento dos estoques também motivou os produtores a ajustar a área plantada. Computando parte da produção que excedeu a quota em 2012/13 (673.838 toneladas) e que entra na safra seguinte dentro da quota, a estimativa de produção total de açúcar, para 2013/14, é de 16,53 milhões de toneladas, contra 17,37 milhões, em 2012/13. Os números não incluem a oferta de isoglicose.

A produção irá cair 12,8% na Alemanha, para 3,50 milhões de toneladas; 10,9% na Polônia, para 1,61 milhão de toneladas; e 4,4% na Grã-Bretanha, para 1,09 milhão de toneladas. Na França, a primeira estimativa é de que sejam produzidos 4,30 milhões de toneladas, aumento de 1,8% sobre 2012/13.



STOCK.XCHNG

Colômbia

A Colômbia registrou em julho melhor ritmo de moagem pela primeira vez no ano, uma vez que as condições climáticas voltaram à normalidade. Em julho, a Colômbia moeu 2,13 milhões de toneladas de cana, 1,1% acima do volume processado em julho de 2012.

Entretanto, em reflexo da perda de produtividade, no primeiro semestre do ano, no Valle del Cauca, a moagem de cana somou, de janeiro a julho, 10,82 milhões de toneladas, queda de 13,3% sobre igual período do ano passado.

Lançamento na Agrária é inspirado no agricultor: só lança no solo quando funciona de verdade.

Sempre próxima do agricultor, a Agrária aperfeiçoa o que já é bom, para oferecer exatamente o que você precisa. A tecnologia do **Farture**, de agregar matéria orgânica humificada, macro e micronutrientes num único grão de fertilizante, é agora aplicada a problemas específicos, resultando em dois lançamentos:

AGRÁRIA >
LANÇAMENTOS

FARTURE POTÁSSIO 30

> *Reduz a lixiviação do Potássio, garantindo suprimento adequado em todo o ciclo da cultura.*

FARTURE BORO 7

> *Promove maior crescimento radicular, estimula o pegamento da florada e aumenta a qualidade de frutos e grãos.*



Fotos meramente ilustrativas

35 anos

www.agrariafert.com.br | 16 3690 2200

Agrária
FERTILIZANTES

A MARCA DA TERRA

A produção de açúcar atingiu 243.730 toneladas, em julho, contra 188.872 toneladas, no mês anterior, e 235.250 toneladas, em julho de 2012. De janeiro a julho, contudo, foi produzido 1,107 milhão de toneladas de açúcar, redução de 13,8%.

Como o consumo doméstico de açúcar cresceu 5,5% até então, a Colômbia diminuiu em 44,2% a exportação de açúcar, para 236.854 toneladas no acumulado de janeiro a julho. Ao mesmo tempo, a importação cresceu 18,3%, para 228.849 toneladas.

A produção de açúcar também foi afetada pelo maior direcionamento da cana para a fabricação de etanol, de modo a atender a mistura de 8% na gasolina. Apesar da queda da moagem total de cana, a produção de etanol atingiu 224,57 milhões de litros, entre janeiro e julho, contra 207,78 milhões, em igual intervalo de 2012, um crescimento de 8,1%.

Tailândia

A Tailândia exportou 378.432 toneladas de açúcar em agosto, uma redução de 25,6% sobre o mês anterior e de 47,4% sobre agosto de 2012. No acumulado da safra 2012/13, a exportação de açúcar somou 5,207 milhões de toneladas de açúcar, uma queda de 19,8% em comparação aos 6,492 milhões de toneladas embarcados no mesmo período de 2011/12.

A queda nas exportações foi liderada pela menor oferta de açúcar bruto, uma vez que as usinas têm priorizado o refino. A exportação de açúcar bruto caiu 14,4% sobre o mês anterior, para 142.011 toneladas. Em comparação a agosto do ano passado, a queda foi de 69,5%. No acumulado da safra, as exportações de açúcar bruto totalizaram 3,21 milhões de toneladas – uma retração de 28,3% sobre igual período da temporada anterior.

Por outro lado, a Tailândia exportou 2,00 milhões de toneladas de açúcar branco entre novembro de 2012 e agosto de 2013, praticamente o mesmo volume exportado em igual intervalo do ciclo passado.

Contudo, o início da safra de beterraba na Rússia, Ucrânia e União Europeia tem exercido pressão sobre o prêmio do branco. Comparando os vencimentos de dez/13, da LIFFE, e de mar/14, de NY, o prêmio do branco encerrou, na última segunda-feira (30 de setembro), a US$ 86,18/t, ante US$ 100,26/t, um mês atrás. Diante da menor atratividade do branco, poderá haver desaquecimento da demanda de açúcar bruto pelas refinarias, incluindo também as unidades no Oriente Médio, percepção que tende a pesar sobre os preços nos próximos dias.

Recuperação do consumo do etanol hidratado

Merece destaque a recuperação do consumo de etanol hidratado no Brasil, que atingiu 890.546 metros cúbicos em julho, um aumento de 6,1% sobre o mês anterior e de 16,2% comparativamente a julho de 2012. Destaca-se também o salto de 13,1% no consumo de hidratado na região Nordeste, para 70.369 metros cúbicos, totalizando um crescimento de 21,1% sobre o volume consumido em julho do ano passado. Assim, no somatório de janeiro a julho, a demanda de hidratado no Brasil atingiu 5,77 bilhões de litros, 4,8% a mais do que em mesmo período do ano passado.

O consumo de gasolina A registrou crescimento em menor proporção do que o hidratado. De janeiro a julho, foram consumidos 18,11 bilhões de litros de gasolina A, contra 17,86 bilhões de litros, em igual período de 2012 – um aumento de 1,4%. Como resultado, considerando também o maior teor de anidro na gasolina, a participação do etanol na matriz de combustíveis de ciclo Otto subiu de uma média de 31,7%, em 2012, para 33,7% (média parcial de janeiro a julho).

Em termos absolutos, o consumo de gasolina permanece acima do consumo total de etanol. Em julho, foram consumidos 2,60 bilhões de litros de gasolina A, ao passo que o consumo de etanol total (anidro + hidratado) somou 1,76 bilhão de litros.

Brasil

No Brasil, os embarques para exportação reduziram o seu ritmo em setembro. Foram embarcados 295,73 milhões de litros de etanol, em setembro, contra 485,68 milhões de litros, em agosto, e 481,27 milhões de litros, em setembro de 2012. Apesar da safra mais alcooleira, a firmeza dos preços no mercado interno, combinada à baixa no mercado norte-americano, prejudicou maiores embarques.

No acumulado do ano, o Brasil já exportou 2,288 bilhões de litros de etanol, volume 26,6% maior do que o exportado em mesmo período de 2012. Quanto ao açúcar, o Brasil exportou 2,525 milhões de toneladas, em setembro, uma queda de 23,4% sobre agosto e de 4,4% em relação a setembro do ano passado.

Do total exportado em setembro, 2,133 milhões de toneladas foram na forma de açúcar a granel, recuo de 20,3% em relação a agosto, e 391.601 toneladas de açúcar em sacos, redução de 37,0% sobre a quantidade exportada no mês anterior. Porém, em virtude do forte ritmo dos embarques nos meses anteriores, no somatório de janeiro a setembro, as exportações de açúcar totalizaram 19,921 milhões de toneladas, contra 15,091 milhões, em igual período do ano passado – um crescimento de 32,7%.

O preço médio FOB registrou leve alta de 0,4%, em setembro, para US$ 416,76/t, contra US$ 415,20/t FOB, em agosto. Assim, em termos de receita, em setembro, as exportações de açúcar geraram US$ 1,052 bilhão, contra US$ 1,369 bilhão, no mês anterior, e 1,346 bilhão, em setembro de 2012.

Desde 2010/11, a produção de açúcar do Brasil não ultrapassa 38,2 milhões de toneladas. Para 2013/14, a estimativa é de 38,0 milhões de toneladas. O Brasil é, de larga margem, o maior exportador do mercado mundial, representando 46,6% das exportações totais. Com a demanda mundial crescendo 2,3% ao ano, a correção dos excedentes começa a ficar evidente a partir do ciclo iniciado neste mês de outubro. ■

*Mestre e doutor em Economia agrícola e presidente da DATAGRO Consultoria

Logística

Estratégias de *hedge* para o frete

Hsia Hua Sheng*

PARA FAZER uma operação de proteção efetiva de preço (*hedge*) usando fixação de preço futuro, é importante que os produtores tenham todos os custos de produção fixados. De que adianta fixar o preço de venda antecipadamente, se seus custos de produção superarem este preço fixado para o futuro? Se o cenário for esse e se o produtor tiver feito *hedge*, ele vai precisar desfazer o preço fixado, pois terá um custo adicional.

Em princípio, quanto maior for a parte do custo a ser fixada, maior será a efetividade do *hedge*. Assim, um produtor deve travar antecipadamente um preço de venda que garanta uma margem de lucro que seja suficiente para:

- honrar suas obrigações operacionais e financeiras;
- manter seu programa de investimento; e
- estabilizar fluxos de caixa com mais previsibilidade, a fim de aproveitar as novas oportunidades de negócio.

Infelizmente, controlar esse custo fixo não tem sido uma tarefa fácil para os produtores brasileiros nesses últimos anos. Sem contar o impacto do alto custo dos insumos, tais como fertilizantes, defensivos e sementes, que tiveram seus preços aumentados no ano passado, os preços do frete rodoviário de *commodities* agrícolas têm registrado um aumento em torno de 30% desde o fim do ano passado. Dependendo da região, do produto e da sazonalidade, este aumento de frete pode ser ainda maior.

A mudança da Lei dos Caminhoneiros, que passou a vigorar em janeiro de 2013, o aumento da safra de grãos e o aumento do preço do diesel foram considerados as principais causas do aumento citado no parágrafo anterior. No entanto, essa novela sobre o aumento dos preços ainda não está no fim, restando ainda várias discussões a respeito desses fatores, que podem aumentar ou reduzir o preço final do produto.



SHUTTERSTOCK

Como a participação do custo do frete no valor final da tonelada de grão é relevante para o produtor, a incerteza e a volatilidade sobre o preço futuro do frete prejudicam a confiabilidade do custo total estimado e a efetividade do *hedge*. Segundo o USDA (United States Department of Agriculture), essa proporção é em torno de 40% para o produtor brasileiro.

Dado esse cenário, o que os produtores podem fazer para reduzir a incerteza sobre o preço do frete rodoviário? Quais são os prós e os contras em cada alternativa?

Fixar o preço do frete rodoviário

Uma das formas mais simples e direta é fixar o preço do frete rodoviário com um terceiro. Isso significa ou encontrar uma transportadora que combine um preço fixo futuro para fazer o transporte de produção no futuro, ou combinar com uma *trading* o preço de venda no local de produção – logo, a *trading* é que assume o custo logístico. Mas, com base no cenário atual, é difícil encontrar um preço justo para essa fixação. Há muita especulação, pois, dependendo da região da produção, essa operação também é extremamente arriscada para a *trading*.

Mesmo com o preço especulativo de frete, essa estratégia pode funcionar desde que os preços no mercado futuro estejam elevados. No entanto, não é o que está acontecendo no mercado de soja e de milho, por exemplo. A nova gripe aviária (H7N9), que surgiu na China em março de 2013, é um dos determinantes que puxou o preço para baixo. Toda a cadeia de produção de aves e de ovos está sofrendo prejuízos enormes com a suspensão parcial ou total das vendas destes alimentos na China. As vendas dos criadores despencaram cerca de 50% a 80% no mercado interno da China. Pesquisadores americanos estimam que a produção de carne na China gira em torno de 17 mi-

lhões de toneladas/ano; uma queda de 5% desta produção implica uma redução de demanda de 2,25 milhões de toneladas de rações de milho.

Investir em frota própria

Outra forma seria investir numa frota própria de transportes para cobrir o escoamento da produção. Esta alternativa aumenta o risco do negócio do produtor, se considerarmos que esta frota de caminhões será usada apenas em algumas épocas do ano. Apesar de ser um investimento contra a alta momentânea ou contra a oscilação do preço do frete, esse benefício não será suficiente para cobrir o prejuízo que esta frota sofrerá caso fique parada fora da época de escoamento de grãos, pagando custo de manutenção e do quadro de funcionários técnicos no médio prazo.

Essa alternativa seria viável economicamente se associações ou cooperativas de produtores investissem nesta frota e a usassem continuamente o ano inteiro. Por exemplo, uma associação pode trabalhar com produtos diversificados que possuem épocas de escoamento diferentes; as frotas poderiam ser alocadas ao longo do ano. Além disso, fortes vínculos entre associações e cooperativas de regiões e de produtos diferentes também possibilitam o aluguel de caminhão entre elas quando não há alocação própria de carga, reduzindo ainda mais o custo fixo para todas as participantes desse vínculo e aumentando o ganho de alavancagem operacional para todos. Assim, os produtores podem beneficiar-se de ter maior controle do custo fixado de frete.

Maior capacidade de armazenagem

Aumentar a capacidade de armazenagem do próprio produtor: este aumento é essencial para aumentar o poder de negociação, a fim de determinar, de forma econômica, quando e quantos grãos serão transportados para o porto. A solução ideal seria investir em silos metálicos fixos, pois estas estruturas permitem que o produtor guarde a safra à espera do melhor momento para a venda ou para o transporte. Apesar do aumento do custo fixo e do investimento inicial, esse investimento será retornado no médio prazo se considerarmos os benefícios de poder gerenciar melhor o estoque em função dos preços do grão e do preço do frete.



SHUTTERSTOCK

No entanto, (a) nem sempre, os produtores possuem capital para fazer esse investimento; ou (b) nem sempre, eles têm tempo para esperar a liberação do financiamento. Nesse caso, há a possibilidade de se usar silos-bolsa para resolver temporariamente o problema. Assim, os silos plásticos conseguem guardar uma parte da safra para que esta seja vendida num momento mais adequado.

Soluções financeiras estruturadas

Além dessas três formas de reduzir a influência da oscilação do preço do frete na composição do custo total do produtor, há a possibilidade de se usar soluções estruturadas puramente financeiras. Por exemplo, comprar seguros contra a alta do frete ou assumir posição comprada de um contrato financeiro que tenha uma correlação positiva entre preço do contrato e do frete. Assim, quando o preço do frete sobe, o produtor será compensado financeiramente por ganhos desses produtos financeiros. Mas, sob ambiente de alta incerteza, mesmo que tenha produto financeiro, o prêmio exigido será alto. Mais uma vez, uma das máximas de finanças é confirmada: no mundo financeiro, não há almoço grátis.

No futuro, esse problema será resolvido com o investimento e a melhoria na logística e na infraestrutura voltados para a cadeia de produção de *commodities* agrícolas que estão sendo anunciados pelo Governo. Enquanto essa solução definitiva não for concretizada, os produtores precisam unir-se para usar a força de associação e de cooperativa para amenizar o problema do frete e, ao mesmo tempo, focar na redução de todos os tipos de custos que possam ser controlados por eles, além de fazer capitalização própria para aumentar a capacidade de armazenagem. Com essas medidas, os produtores terão mais controle sobre o custo de sua produção e poderão fazer operação de *hedge*, garantindo assim uma adequada margem de lucro. ■

Professor de Finanças na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV)

SOMABRASIL

Sistema de observação da agricultura

Édson Luis Bolfe[1]
Mateus Batistella[2]
Daniel de Castro Victoria[3]

OS INVESTIMENTOS em pesquisa, desenvolvimento e inovações geoespaciais são fundamentais para abordagens que favoreçam a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira. As geotecnologias devem estar no centro desses esforços para definir a aptidão ou restrição para a expansão e a intensificação da atividade agropecuária. Nesse sentido, é fator-chave a elevação da capacidade de processamento e armazenamento de dados geoespaciais, por meio dos sistemas de informações geográficas (SIG) e sistemas de processamento de imagens.

As geotecnologias, que, até há pouco tempo, eram de uso exclusivo de técnicos e pesquisadores, hoje, tornaram-se de uso comum: os globos virtuais e WebGIS, assim como a popularização dos sistemas de posicionamento global por satélite, tornam o produtor capaz de identificar rotas, visualizar imagens de satélites e gerar mapas, abrindo possibilidades para grupos e instituições de pesquisa utilizarem informações geoespaciais como forma de mostrar para a sociedade, de forma efetiva, a importância da agricultura.

Desenvolvido pela Embrapa Monitoramento por Satélite, o Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL) integra as variáveis censitárias e os dados gerados pelo sensoriamento remoto. Isso permite diferentes níveis de acesso e análise para o monitoramento das atividades agropecuárias e a realização de mapeamentos e zoneamentos. Lançado em outubro de 2012, com o apoio da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o SOMABRASIL já conta com milhares de usuários cadastrados em todo o Brasil e em outros vinte e dois países.

O WebGIS reúne bases de dados de recursos naturais e agricultura, como informações sobre a produção e o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dados gerados por programas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); mapeamentos realizados pela Embrapa e outras instituições; além de informações sobre relevo, hidrografia,

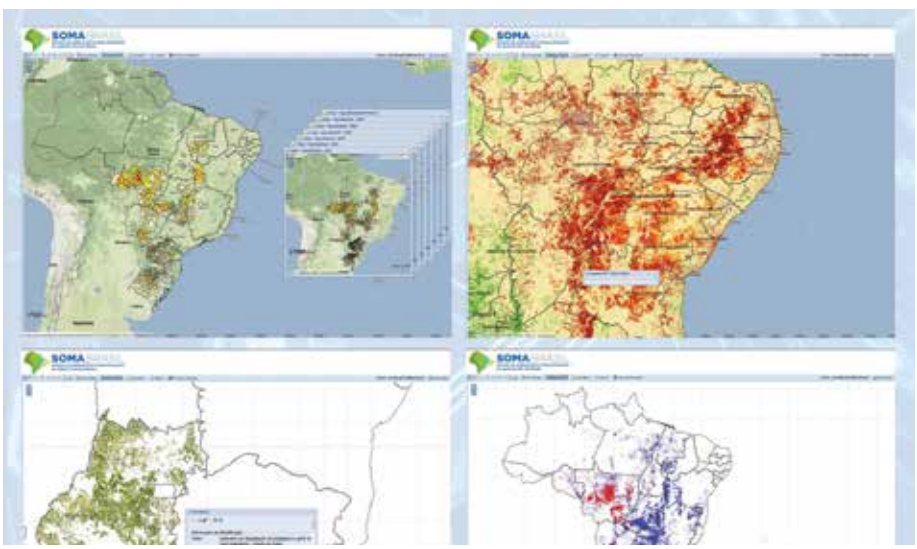
Participação dos usuários

• 41%: instituições de pesquisa, ensino e extensão vinculadas a organizações públicas e privadas, como universidades federais, estaduais e particulares, institutos federais de educação, empresas, institutos, fundações e organizações de pesquisa e extensão;

• 22%: esfera governamental (federal, estadual e municipal), com destaque para vários ministérios, órgãos e agências reguladoras, empresas públicas, institutos, centros, prefeituras e secretarias de estados e de municípios;

• 22%: empresas brasileiras e internacionais com atuação diversificada em praticamente todas as áreas de produção, direta ou indiretamente vinculadas à produção rural;

• 15%: profissionais liberais, consultores, agricultores, associações, cooperativas, sindicatos, organizações não governamentais e bancos públicos e privados.



clima, solos, logística, áreas protegidas e potencial agrícola.

Na seção **Diagnóstico** do SOMABRASIL, estão inseridas informações de uso e cobertura da terra provenientes dos Projetos de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS) e do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES), além da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM). Dependendo do nível de acesso do usuário cadastrado, outras formas de consulta e bases de dados também estão disponíveis, como informações a respeito da tomada de crédito agrícola ou da agricultura familiar, assim como formas mais avançadas de consulta, como a definição personalizada das classes ou o uso de sintaxes SQL (*structured query language*), uma linguagem padrão de banco de dados.

Na seção **Monitoramento**, estão inseridas informações geradas a partir da análise de dados de sensoriamento remoto, como índices de vegetação e mapeamentos do uso da terra executados pela Embrapa Monitoramento por Satélite e instituições parceiras. Exemplos são os estudos de índices padronizados de vegetação (IVP), identificando áreas de ocorrência de seca extrema ou excesso de precipitação; mapeamentos de áreas com culturas agrícolas de larga escala; e indicativos de pastagens degradadas gerados a partir de séries temporais de sensores orbitais, como o MODIS (Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer) e o SPOT Vegetation.

Interface do SOMABRASIL

Os usuários do SOMABRASIL, agora, podem planejar suas ações com base em infomações e conhecimentos atuais e de fácil acesso. Dentre os benefícios, destaca-se a potencial contribuição para a adequação e a gestão de políticas públicas (zoneamentos, crédito rural, seguro agrícola e programas de agricultura de baixo carbono); pré-seleção de áreas agrícolas de interesse governamental ou da iniciativa privada; logística de escoamento da produção; espacialização de dados econômicos (produção, produtividade, área plantada e renda); e adequabilidade do uso das terras em relação aos recursos naturais e à legislação, contribuindo para tornar a agricultura um fator ainda mais determinante no desenvolvimento sustentável do País. ■

1 Engenheiro florestal, doutor em Geografia e chefe adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Monitoramento por Satélite (edson.bolfe@embrapa.br)
2 Biólogo, PhD em Ciências Ambientais e chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite (mateus.batistella@embrapa.br)
3 Engenheiro agrônomo, doutor em Ciências e supervisor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Monitoramento por Satélite (daniel.victoria@embrapa.br)





Fórum Esalq-ABAG-AEASP

Empreendedorismo Inovador

De tamanho continental, o agronegócio brasileiro é uma fonte de realidades distintas e curiosas no campo da produção técnica e econômica. Qualquer tentativa de generalização de uma determinada situação, certamente, estará cercada de imprudência e equívocos. É, na verdade, um mundo rico para o empreendedor usar a inovação como uma grande e estratégica ferramenta, já que ambos caminham juntos.

Nesse sentido, o Fórum Empreendedorismo Inovador teve seu conteúdo e desenvolvimento tendo como alicerce a apresentação de quatro *cases*, que trataram: da gestão nas agrocorporações; da tecnologia dos organismos geneticamente modificados (OGMs); da difusão dos controladores biológicos; e da mesa-redonda da pecuária sustentável. Cada um deles faz parte de uma visão integrada de distintas tecnologias e modelos alternativos de gestão para o agro nacional.

Na abertura do evento, o professor José Vicente Caixeta, diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, destacou que "a importância do evento possui algo bem emblemático, pelo fato de fazer com que a Academia esteja próxima e alinhada ao mercado. Isso também oferece uma oportunidade para os profissionais egressos da faculdade, pois o empreendedorismo inovador das Ciências Agrárias depara-se com desafios e problemas complexos".

Para o secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, Bruno Covas, "a integração entre o meio ambiente e a agricultura faz-se cada vez mais necessária no estado paulista e no mundo. O protocolo de boas práticas ambientais na área da energia da cana-de-açúcar é um exemplo disso. O correspondente às emissões de 59 mil ônibus em circulação durante um ano foi evitado. Tivemos também ganhos sociais, com os trabalhadores sendo transferidos para as operações de máquinas. Os investimentos chegaram a R$ 2 bilhões. Vamos continuar à frente nesse esforço em favor do desenvolvimento sustentável".

A secretária da Agricultura do estado de São Paulo, Mônika Bergamaschi, enfatizou que "meio ambiente e agricultura são, de fato, indissociáveis na formulação das políticas públicas do ponto de vista da sustentabilidade. Precisamos sair da visão con-

vencional e buscar entender a complexidade das questões com base em três fatores: a inteligência, o conhecimento e o relacionamento. É nesse caminho que conseguiremos avançar e garantir progresso para a sociedade brasileira".

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG, salientou que "o objetivo básico do fórum é trazer *cases* atuais e reais, vivenciados nos dias atuais pelo agronegócio, com a visão estruturada de romper processos e trazer propostas diferentes de trabalho e organização corporativa". Já o professor Roque Dechen, vice-reitor executivo a Universidade de São Paulo, lembrou o aspecto positivo de trazer novos cenários para ser discutidos e analisados, com os olhos voltados para o futuro.

Gestão nas agrocorporações

Rodrigo Rodrigues*



Quem está predisposto a empreender precisa, em primeiro lugar, ter a consciência de que pode errar. Quem não sai de casa não erra! Senti isso por experiência própria. Depois de algumas experiências profissionais interessantes e visitas a mais de vinte países e quatro continentes, com exposição a agriculturas temperadas e tropicais do mundo, trabalhamos, hoje, numa organização de governança corporativa, que desenvolve terras no Brasil para exploração agrícola, com respeito ao meio ambiente, às pessoas e gerando retorno aos acionistas com alta governança corporativa (empresa auditada, com Conselho de Administração atuante etc.).

Começamos a empresa em 2008, rodamos 2,5 milhões de hectares no Cerrado e compramos cerca de 70 mil hectares no oeste baiano, com recursos de investidores brasileiros e estrangeiros, o que envolve o relacionamento com os fundos, a obtenção de licenças ambientais, a realização de audiências públicas, o treinamento de mão de obra, a construção de sede, energia elétrica, ponte, estrada, entre outras. Antes, trabalhei em produção agrícola e em consultoria voltada ao agro, incluindo formulação e validação de planos de negócios.

O Brasil tem um papel fundamental para o mundo na segurança alimentar e para a manutenção da paz. Somos um país tropical diferente dos outros celeiros de clima temperado. A frase de Pero Vaz de Caminha – de que aqui se plantando, tudo dá – não faz o menor sentido. O nosso solo é mais fraco em nutriente. Temos a fala do Macunaíma de que os males do Brasil são muita saúva e pouca saúde. Com essa condição ambiental, não poderemos dispensar a tecnologia de agroquímicos. Além disso, temos que educar o nosso colaborador, que, apesar de muito trabalhador, não tem educação formal. Isso sem falar que nossa logística é lamentável. Portanto, a escala é fundamental, e esse diálogo com a sociedade e os investidores deve ser muito franco e aberto, pois, no Brasil, vende-se muito a estória das falsas dicotomias: do grande *versus* o pequeno, do desenvolver *versus* o produzir, das *commodities* exportáveis *versus* o produto para consumo interno.

O agro é uma das maiores indústrias do mundo, porém ainda muito fragmentada ao redor do mundo. Temos a nosso favor a escala de produção e a disponibilidade de água, apesar de a nossa agricultura ser predominantemente de sequeiro, mas necessitamos de muito investimento. Certamente, a tendência será de consolidação, e os grandes fundos olham para isso, na perspectiva das agrocorporações. Na empresa, falamos sobre a política dos três Ps (produtividade, planeta e pessoas), que é palavra de ordem! Consideramos o treinamento de pessoas como fundamental para a maior produtividade e para mais respeito pelo meio ambiente.

O Brasil possui um grande arcabouço legal para regular a água, floresta, solo e trabalho, por exemplo. Os investimentos de capital estrangeiro em terra estão suspensos por conta de decisão da Advocacia Geral da União. Recursos financeiros deixam de entrar no País. Somos uma sociedade anônima de capital brasileiro, mas acho que isso deve ser revisto. A maioria do capital da empresa que represento é brasileira; por isso, levanto esse ponto como brasileiro!

Como na agricultura nada se faz sozinho, devemos olhar com carinho o associativismo. No empreendedorismo, a parte financeira pesa muito no sucesso. No longo prazo, o resultado da busca do ótimo abre uma diferença significativa em relação ao do bom. A força do pensamento reflete nas palavras, atos e hábitos, que dão formação ao caráter das pessoas. Veja bem isso: na agricultura, qualquer plano de negócio é de no mínimo sete anos.

*Diretor operacional da Agrifirma



SHUTTERSTOCK

Tecnologia OGM



Mario Von*

Hoje, as nossas atividades estão centradas na área de Biotecnologia de semente, mas temos um passado com trabalhos de campo na região do Cerrado e no exterior. Entendemos que as tecnologias somam-se e são complementares nas boas práticas agrícolas. Devemos encarar como normal o fato de haver diferentes reações com relação a uma nova tecnologia. Existe, por exemplo, o mito do alimento natural, de o produto ter sido sempre da mesma forma. No entanto, sabemos que as culturas saíram dos seus centros de origem e foram domesticadas com cruzamentos interespecíficos, indução de mutações e transformação genética.

Contamos com o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB) para informar e esclarecer os consumidores e a sociedade sobre a transgenia. No Brasil e no mundo, vivemos a primeira geração de organismos geneticamente modificados (OGMs), com a introdução de genes resistentes a insetos, vírus, pragas e herbicidas nas características genéticas das plantas. Seus benefícios decorrem do menor uso de defensivos, proteção do solo, controle da poluição, manutenção dos lençóis freáticos, dentre outros. A agricultura brasileira é a segunda no *ranking* no uso de OGMs, principalmente na soja, milho e algodão. Em outras partes do mundo, a tecnologia já chegou a hortícolas e floricultores.

Na parte da regulamentação, havia um grande embate entre a Lei de Biossegurança e a Lei do Meio Ambiente, sem grandes avanços. O grande marco regulatório veio com a aprovação da Lei de Biossegurança, em 2005. O modelo brasileiro é reconhecido como um dos mais criteriosos e rigorosos na liberação de OGMs. Referência para muitos países, temos diversos no processo de chancela da Comissão Interna de Biossegurança (CIBio), da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), com cinquenta e quatro membros, e do Conselho Nacional de Biossegurança, formado por ministros. Entre os eventos aprovados nesses anos, faz parte o feijão da Empresa Brasileira de Pesquisa



SHUTTERSTOCK

Agropecuária (Embrapa). Todos os pedidos para aprovação de novos eventos fazem parte do site da CTNBio.

O processo de aceitação da biotecnologia melhorou, mas passa por ciclos de altos e baixos. Hoje, existe resistência para os eventos de plantas tolerantes aos herbicidas de milho, soja e algodão. O impacto na adoção da transgenia passa pela criação de sinergia com outras tecnologias na aplicação de defensivos, redução de água para pulverização, emissão de gás carbônico e poluição do solo. A tendência é melhorar a eficiência da aplicação de fertilizantes e haver maior tolerância com relação à seca e à salinidade.

Como as previsões de riscos para a saúde humana e o meio ambiente não se confirmaram, as novas e as velhas práticas agrícolas continuam importantes para a geração da produção e renda para o produtor. Passamos, agora, para a segunda e terceira gerações de produtos OGMs, resistentes a *stress* abiótico e com características nutricionais melhoradas. A complexidade dos trabalhos aumenta também com a transformação da biomassa e a precisão da mudança genética.

*Presidente da AgroBio e diretor de Marcos Regulatórios da Dow AgroSciences

Controles biológicos



Gustavo Herman*

Fundada em 2007, com dezenove associadas, a ABCBio sente a diferença de velocidade entre demandas da iniciativa privada e a formulação das políticas agrícolas. Representamos um setor de controle biológico e de proteção de plantas, em rápida profissionalização no País e importante para a prática do manejo integrado de pragas na nossa agricultura tropical. É um ramo de negócios em rápida expansão no País.

Temos um comitê técnico científico, dividido em organismos de controles biológicos: parasitoides e predadores (insetos ou ácaros usados como produtos que parasitam ou predam uma praga, como no caso da joaninha) e fungos e bactérias entomopatogênicas atacam e impedem a proliferação de insetos). Existem diversas entidades, como a Embrapa, o Instituto Biológico e a própria Esalq, com ações, pesquisa e desenvolvimento nestas áreas.

Consideramos legítimo o questionamento científico de todo tipo de inovação, com a ideologia sendo deixada de lado. Se o produto for aprovado, deve ir para o mercado com as devidas e adequadas recomendações. Nesse episódio da lagarta *Helicoverpa armigera*, uma das principais pragas da agricultura, assistimos ao seu ataque intenso nas regiões produtoras de soja, milho e algodão no Brasil. Então, perguntamos como ficaram as prevenções complementares sobre vazio sanitário, áreas de refúgio e plantio convencionais nas áreas próximas de algodão Bt e milho Bt.

Esse fato, na verdade, é uma reprodução de outros acontecimentos registrados na produção de café, com a broca-do-café; no algodão, com o bicudo; e na soja, com o percevejo. Faltaram informação e execução da prática do manejo integrado para reduzir a incidência das pragas e doenças. São um alerta e aprendizado importantes.

Na agricultura intensiva, devemos levar em conta a modificação ocorrida no meio ambiente para se produzir alimento e energia. Essa é uma particularidade no controle biológico, cujo produto natural precisa de adaptação. Por isso, há três pontos-chave para a inovação: 1) como produzir os organismos (inseto, bactéria, etc.) em larga escala; 2) a solução logística para levar e aplicar de acordo com a extensão de vida útil do produto (fungos e bactérias); e 3) a liberação do produto em copinhos de água em largas áreas de extensão (formulação de microcapsulas com os esporos do fungo latentes para atacar os insetos). Estas são questões desafiadoras para melhorar o desempenho dessa tecnologia. ■

*Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio)

Pecuária sustentável

Eduardo Bastos*



O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) parte de uma visão globalizada da cadeia produtiva. Depois do Canadá e da Rússia, o Brasil é o país que mais possui área de preservação no mundo, com 62% do território nacional. Naquelas duas primeiras nações, a razão é basicamente pelo inverno rigoroso. Do território brasileiro antropizado, em torno de 350 milhões de hectares, aproximadamente dois terços, são ocupados com pastagens – é o maior espaço convertido pelo homem no mundo.

Diante da pressão ambiental para não desmatar novas terras, a agricultura nacional terá de gerar 40% do aumento da oferta de alimento no mundo. A grande opção é usar mais tecnologia, mas precisaremos das áreas de pastagens para praticar a produção agrícola. Enfim, os índices zootécnicos da pecuária precisam ser melhorados, de modo a liberar áreas e dar respostas às críticas dos consumidores europeus.

Montado em 2007, ano do embargo europeu para a carne bovina brasileira, o GTPS nasceu com o desafio de incorporar todos os elos para atender os objetivos globais de desenvolver uma atividade mais sustentável. Fazemos parte da Mesa Redonda Global Para a Pecuária Sustentável. Muitas vezes, os interesses dos produtores, frigoríficos, supermercados, bancos, empresas de insumos, Governo e organizações não governamentais fogem da convergência. Conseguimos juntar quarenta participantes para a validação das negociações entre 2007 e 2009. Apresentamos os resultados em 2010, na pretensão de ajudar o Governo na construção das políticas públicas e, também, de dar suporte para o progresso de 2,6 milhões de pecuaristas (da base até o meio, e daí ao topo da pirâmide).



SHUTTERSTOCK

Importantes corporações e associações fazem parte do GTPS. O sistema de governança passa pelos conselhos diretor e fiscal, pela assembleia e pelo comitê de conciliação. Acordamos em três itens: informação, disseminação e recursos para o acesso à parte técnica pelo criador. Interagimos em termos de mostrar as melhores práticas e gestão, com avaliação da produtividade em produção de carne e de leite por hectare. Estamos focados em 856 produtores, em diversos estados. Levamos um *paper* para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) reconhecer a pastagem como redutora de emissões de gases do efeito estufa.

*Presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e diretor institucional da Dow Brasil



SHUTTERSTOCK

Caderno Especial

Mundo: pecuária pode reduzir GEE

Em 2010, o relatório anual sobre a Situação da Agricultura e dos Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) fez uma análise importante sobre a pecuária. Isso não acontecia desde 1986. Responsável por 40% do valor global da produção agropecuária, o setor será muito impulsionado pelo consumo dos países em desenvolvimento, ao contrário do passado, quando a América do Norte e a Europa eram os grandes importadores.

Com isso, a aplicação de investimentos substanciais e o desenvolvimento de um processo de governança serão necessários para a produção pecuária atender a crescente garantia da segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a saúde humana. A atividade é a maior usuária mundial de recursos naturais: os pastos e as terras usadas para produção de ração, por exemplo, respondem por quase 80% de toda a área agrícola. Não obstante, com o aumento, a maior renda e a mudança da população para as cidades, a demanda global por produtos pecuários deve apresentar um forte crescimento até 2050.

Mais recentemente, a FAO lançou o estudo intitulado "Lidando com a pecuária através da mudança climática", em que trata da importância da pecuária sob o ponto de vista da emissão e da redução de gases do efeito estufa (GEE).

O documento faz uma avaliação detalhada da magnitude, fonte e via de emissões das cadeias produtivas da bovino-

Consumo de carnes *per capita* (quilos/pessoa/ano)

Região	2020	2050
Centro e oeste da Ásia e norte da África	20	33
Leste e sul da Ásia e Pacífico	28	51
América Latina e Caribe	58	77
América do Norte e Europa	83	89
África Subsaariana	11	22

Fonte: FAO

Cenário no horizonte de 2010 a 2050

Com base nas diversas análises e dados da demanda internacional por carne bovina, no horizonte de 2010 a 2050, segundo a FAO, teremos um aumento na pecuária, impactante no aspecto ambiental, de:

- 28,5 milhões de toneladas (+49,7%) na produção;
- 124,0 milhões de cabeças (+ 49,7%) no rebanho; e
- 266,9 milhões de cabeças (+19,8%) no abate.

É urgente tornar a produção intensiva, mas ambientalmente benigna, ressalta a FAO. Os confinamentos podem sobrecarregar menos o meio ambiente, com a redução do nível de poluição gerada pelos dejetos e GEE, diminuição do uso da água e de grãos necessários para a produção animal e reciclagem dos subprodutos agrícolas e industriais dos plantéis bovinos.

Para muitos, pode parecer pouco um incremento de 1% na taxa média mundial de desfrute do rebanho bovino, mas, na realidade, não é. Isso exigirá e provocará uma verdadeira revolução tecnológica nas fazendas de gado do mundo afora. Muito diferentes em comparação aos praticados atualmente, os processos de produção rumarão para modelos mais sustentáveis no uso do solo e da água. Com certeza, nessa perspectiva, o Brasil terá papel de relevo.

Frente à mudança da rotina tradicional da pecuária na direção de promover esse substancial incremento no tamanho do rebanho e nos níveis de produção, os projetos requisitarão vultosos recursos financeiros. Para as regiões de importância já consolidadas na bovinocultura, o cenário dos próximos anos é de grandes oportunidades.

Nesse contexto, a pecuária moderna, ao somar os conceitos da Agronomia e Zootecnia, traça o modelo da revolução tecnológica que está por vir. Os ganhos deverão acontecer em áreas cada vez menores. Simultaneamente, outros componentes tecnológicos interferirão, como o peso médio das carcaças, por exemplo.

Para melhorar o desempenho e a densidade populacional dos animais por unidade de área, os investimentos serão dirigidos para a recuperação e qualidade das pastagens, a suplementação nutricional, o controle reprodutivo, a melhoria do manejo do rebanho e o tratamento sanitário.

Na integração entre lavoura e pecuária, durante o período seco, o agricultor tira a safra, planta capim junto à planta e engorda animais na terminação. É a fórmula para potencializar ao máximo a genética do bovino em constante progresso.

O grande eixo dessa evolução será o mercado. Ao longo dos anos, os preços, os custos e as margens da criação ditarão o ritmo da implantação tecnológica na pecuária. Produtores rurais e frigoríficos precisam rever o seu *modus operandi* e se preparar para os novos tempos de empreendedorismo e inovação.

Mundo: Projeção da pecuária

Ano	Produção[1]	Rebanho[2]	Abate[2]	Desfrute (%)
2010	57.323	249,3	1,347	18,51
2015	60.792	264,2	1,370	19,29
2020	65.374	284,2	1,412	20,14
2030	72.769	312,0	1,476	21,14
2040	78.496	341,3	1,542	22,14
2050	85.853	373,3	1,613	23,14

1 Em milhões de toneladas; 2 Em milhões de cabeças
Fonte: Bigma Consultoria, a partir de dados da FAO

cultura, com a identificação de diversas possibilidades concretas para a mesma reduzir as emissões de GEE, a partir de simulações de cenários, análises de ciclos de vida e coletas de séries estatísticas.

De acordo com o trabalho, as emissões da pecuária totalizam 7,1 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (CO_2 eq.) por ano, o correspondente a 14,5% do total. Como fontes das suas emissões, 45% originam-se na produção; 39%, na levedação entérica dos ruminantes; 10%, na fermentação dos estercos; e 6%, no processamento e transporte.

Na parte ambiental, as melhores técnicas de nutrição, de manejo e de sanidade aumentam a eficiência de produção em nível animal e de rebanho. Por sua vez, o tratamento de esterco garante a recuperação e reciclagem de nutrientes e energia, com economias ao longo das cadeias de fornecimento que são mais opções de mitigação. Essas tecnologias e práticas contribuem para a menor emissão de GEE em todas as espécies, sistemas e regiões.

Alguns países deram passos marcantes para a redução da poluição e a diminuição do desmatamento decorrente da produção pecuária, mas muitos outros precisam adotar

Mundo: Projeções pra bovinos, caprinos e ovinos

Item	2012	2050
Produção[1]	228	463
Rebanho bovino[2]	1,5	2,6
Rebanho caprino e ovino[2]	1,7	2,7

1 Milhões de toneladas; 2 Bilhões de cabeças
Fonte: FAO

políticas apropriadas e mecanismos baseados no mercado, como taxas para o uso dos recursos naturais ou pagamentos por serviços ambientais.

De acordo com Henning Steinfeld, chefe do Departamento de Pecuária, Saúde e Reprodução Animal da FAO em Roma, a construção de uma agenda global deve ter a participação não apenas do governo, mas também do setor privado, universidades, sociedade civil, organizações internacionais e demais atores envolvidos. Foi com esse objetivo que se realizou, em setembro último, no Brasil, um *workshop* internacional, em que três pontos relevantes foram focados: i) a eficiência no uso do solo, sem causar impactos ambientais; ii) o aumento da produtividade; e iii) o compromisso de tornar a pecuária mais sustentável no mundo.

Virada de ciclo

No ano passado, este caderno especial registrava a perspectiva cada vez mais clara de uma entrada no ciclo de alta da pecuária, depois de um período de margens apertadas e descapitalização do criador. Os indícios ganharam força após a divulgação do abate de bovinos em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: o número apurado tem crescido desde 2010. A quantidade recorde de abate foi registrada em 2007, como resultado de uma conjuntura crítica de baixos preços durante o período de 2002 a 2006, somada ao foco de aftosa constatado em 2005.

Historicamente, quando se analisa a série de abate de bovinos, verifica-se que o abate de fêmeas, de um modo geral, alcança seu pico no primeiro trimestre de cada ano. Trata-se de um período caracterizado pelo descarte de matrizes improdutivas, quando os pecuaristas intensificam o abate de fêmeas para cumprir os contratos de venda, com o resguardo dos machos à espera da engorda. Assim, a taxa anual de abates de fêmeas, em linha de ascensão nos últimos exercícios, pode estar perto do ponto de inflexão, com a sinalização de inversão do ciclo de preço.

Nesse contexto, existem outros indicativos importantes para ser examinados na evolução dos preços do boi. É o caso de quando se olha a retomada firme das exportações de carne bovina desde 2009, quando as mesmas foram recordes. Já a subida de 15% no preço do bezerro, em 2013, em comparação ao do ano passado, de R$ 620,00 para R$ 710,00, aponta também para uma maior dinâmica nas atividades de recria e de engorda. Toda essa mobilização é puxada pelo maior consumo interno e a entressafra com mais seca nas pastagens.

Diante desse cenário de pré-aumento dos preços reais na pecuária, o segmento mais tecnificado da cria se agita. A atividade perdeu espaço físico nos últimos anos por falta de competitividade em termos de renda com a soja, o milho, a cana-de açúcar e o eucalipto. Desde a subida de 2008, a arroba ficou estabilizada na casa de R$ 100,00. Para voltar a ficar em torno daqueles valores reais, a correção terá de passar de 30%. Assim, como os novos ares trazem lufadas de otimismo, o ambiente fica mais favorável para a tomada de decisão em favor de investimentos. É chegada a hora de recapitalizar o negócio e valorizar o patrimônio.



SHUTTERSTOCK

Brasil: Abate de bovinos (mil cabeças)

Abate	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ano	7.957	7.249	6.489	7.083	7.103	7.218	–
1º semestre							
Fêmeas (%)	37,92	45,60	58,30	61,00	56,60	54,50	53,10
Machos (%)	63,08	45,60	41,70	39,00	43,40	45,50	46,90

Fonte: IBGE

Brasil: Balanço da oferta e da demanda de bovinos							
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Rebanho (1.000 cabeças)	199.752	202.306	205.308	209.541	212.815	216.289	218.712
Produção (1.000 toneladas eq. carcaça)	10.083,9	8.834,6	8.474,1	8.782,5	8.448,2	8.571,7	8.992,3
Importação (1.000 toneladas eq. carcaça)	31,1	30,0	41,3	40,8	44,8	60,1	58,3
Exportação (1.000 toneladas eq. carcaça)	2.285,0	1.919,5	1,767,0	1.701,5	1.494,60	1.684	1.905,1
Disponibilidade interna (1.000 toneladas eq. carcaça)	7.830,0	6.945,1	1.767,0	1.701,5	1.494,60	1.684	1.905,1
População (milhões de habitantes)	187,64	189,61	193,25	195,50	197,40	199,20	201,00
Disponibilidade *per capita* (kg/hab./ano)	41,7	36,7	34,9	36,4	35,5	36,0	35,5

(*) Projeção
Fonte: Conab, Abiec, IBGE, CNPC

Em especial depois de 2010, na ótica da cadeia produtiva, as margens de comercialização correram a favor dos frigoríficos, com a estabilidade dos preços das matérias-primas. Foi um tempo de maior suprimento de animais prontos para o abate, de valorização do bezerro e de estímulos para a atividade de cria ficar estimulada. Agora, essa situação está em processo de inversão, com o pecuarista recuperando preço.

Os movimentos de alta e baixa na rentabilidade são muito peculiares na agropecuária em geral. O conjunto de fatores que ativam esse mecanismo é de natureza tecnológica e de mercado. A pecuária brasileira continuará ainda um tempo sensível com choques de oferta, porque, na média, a sua produtividade é baixa. Assistiremos a anos difíceis como 2010 e 2011, seguidos de melhorias como as previstas para 2014 e 2015. Nessa perspectiva, cabe ao setor produtivo uma boa prática de gestão para superar as fases ruins e aproveitar as boas para valorizar o ativo produtivo, como o rebanho, as pastagens e as estruturas de apoio à produção.

Brasil: Exportação de carne bovina (US$ bilhões)				
Ano	*In natura*	Industrializada	Outras	Total
2000	503	252	58	814
2001	739	252	58	1.049
2002	776	299	69	1.144
2003	2.255	338	97	1.590
2004	2.963	447	115	2.525
2005	2.429	525	116	3.060
2006	3.135	654	135	3.923
2007	3.486	694	245	4.425
2008	4.088	853	406	5.325
2009	3.022	649	465	4.118
2010	3.859	521	434	4.814
2011	4.167	643	566	5.376
2012	4.490	662	614	5.766

Fonte: Abiec

Embarque de US$ 6 bilhões

A receita com as vendas externas deste ano deve superar US$ 6 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Houve uma forte recuperação da competitividade brasileira, com a abertura de novos mercados na Ásia e a modernização das tecnologias no campo, especialmente na logística de embarque da carne. O principal destino dos embarques nacionais é Hong Kong e, depois, a Rússia, com participação somada acima de 40%.

Apesar de a Rússia embargar a entrada de produtos de alguns frigoríficos, o país continua a ser um dos principais compradores internacionais da carne bovina brasileira. Das cinquenta e seis plantas de carne bovina brasileira cadastrada para exportar no Serviço Federal de Fiscalização Veterinária e Fitossanitária da Rússia (Rosselkhoznadzor), quatorze estão autorizadas a vender, trinta e duas estão com restrições temporárias e quatro, em controle reforçado. Outras seis plantas aguardam resultado de análise laboratorial de amostras feita pelos russos.

Com relação à União Europeia, após a ameaça brasileira de levar o caso à OMC (Organização Mundial do Comércio), o Brasil prossegue as negociações referentes ao caso que afetou, sobretudo em 2008, o então maior exportador

mundial de carne bovina – as vendas caíram. As exigências europeias de ordem sanitária para a importação do produto revelaram-se uma barreira à entrada de carne bovina brasileira nos países do bloco. O governo brasileiro tenta derrubar, ou pelo menos reduzir, essa medida por meio das negociações internacionais.

Importadores de apenas carne processada do Brasil, os Estados Unidos são o foco das negociações para a abertura das vendas de carne *in natura*. As negociações evoluem bastante, e a expectativa está na definição da consulta pública, o último passo para a abertura do mercado. Como a matéria-prima é oriunda de frigoríficos que já atendem as regras norte-americanas, uma vez aprovada a entrada do produto, os embarques não devem ter dificuldade de se iniciar. Componentes do Tratado Norte-americano de Livre Comércio (Nafta), o Canadá e o México costumam seguir os passos dos americanos.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), com orçamento total de R$ 6 milhões anuais, junto à Abiec, desenvolve atividades para a manutenção de mercados já estabelecidos, firma a presença nos clientes onde a participação brasileira é pequena em relação aos demais exportadores e retoma aqueles compradores com mercados temporariamente fechados.

Equivalência de *status*

No Brasil, em termos sanitários, a grande referência é Santa Catarina, depois de um longo e persistente trabalho. De 1967 a 1992, o estado realizou uma campanha de vacinação em que o produtor comprava a vacina e aplicava nos seus bovinos. Entre 1992 e 2000, foi instituída a Vacinação Oficial, em que vacinadores treinados realizavam as vacinações. O último foco ocorreu em 1993. Em 1998, o estado obteve a certificação da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, sigla em francês) como Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação. Depois, em 2000, encerrou a vacinação e, com isso, recebeu o reconhecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, Brasília/DF) como Estado Livre sem Vacinação e, sete anos mais tarde, em 2007, o aval da OIE.

Menor confinamento

Apesar da crise financeira global, o resultado do sistema de confinamento foi bom em 2008, com a subida dos preços da arroba do boi. No entanto, a intenção de produção perdeu força no decorrer do ano. Essa tendência continuou em 2009, diante da incerteza do mercado com relação ao desempenho da economia internacional, somada ao encarecimento do boi magro por falta de oferta.

Em 2010, a queda registrada no confinamento foi mais forte. A saída e os pedidos de liquidação extrajudicial de vários frigoríficos, bem como as operações de aquisição e fusão no setor, diminuíram as alternativas dos pecuaristas para comercializar o boi. Além disso, por falta de créditos, importantes fundos deixaram de investir na parceria com os criadores. Mesmo com a demanda por carnes firmes e os preços dos grãos e do boi magro em alta, a quantidade de bois confinados voltou a aumentar em 2011.

Já o salto verificado nos preços dos grãos com a seca nos Estados Unidos reduziu o aumento no confinamento, estimado incialmente em 18%, para 6%. Para este ano, a valorização acima de 15% do boi magro em comparação ao boi gordo constituiu um fator de desestímulo. Essa elevação toca diretamente os criadores confinadores da engorda dos animais comprados de terceiros. A percepção do mercado é de uma grande concentração na produção pelo confinamento.

Em termos de oferta de carne, essa diferença para menor é pequena, sem provocar problemas significativos que causem impactos no mercado interno e de exportação. Os animais poderão ser criados a pasto, e não em confinamento. Com menor custo, o semiconfinamento é sempre uma alternativa. No sistema de boitel, diante dos maiores preços do boi magro, o pecuarista prefere vender o animal

Brasil: Evolução do confinamento (milhões de cabeças)

Ano	Quantidade
2001	1,88
2002	2,03
2003	2,42
2004	2,98
2005	2,58
2006	2,89
2007	3,47
2008	3,92
2009	3,33
2010	2,68
2011	3,39
2012*	3,45

*Sondagem: Agroanalysis
Fonte: Bigma Consultoria

Pecuária Sustentável na Prática

RESERVE SUA AGENDA

27 de novembro de 2013
8h às 18h - São Paulo - SP
Evento Gratuito - Vagas limitadas

Inscrições e Informações

gtps@wenter.com.br - (11) 3854.8060

Realização

GTPS
Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável

Patrocinador Master

BNDES

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Patrocinador Ouro

DOW Dow AgroSciences

Walmart Brasil

Patrocinador Prata

JBS

Apoio

abag

cocamar

em vez de pagar diárias para o proprietário fazer a sua engorda em confinamento.

Com emprego generalizado nos Estados Unidos e Austrália, o sistema de engorda de boi nos chamados confinamentos representa, no Brasil, entre apenas 7% e 9% dos abates de animais. Normalmente, os chamados "bois magros", com peso entre 12 e 13 arrobas, são levados para o confinamento; de lá, depois de um tempo médio de três meses, são encaminhados para abate quando atingem 18 arrobas.

Face à enorme disponibilidade de pastagem, confinar gado no Brasil onera os custos, devido aos grãos empregados na nutrição do animal. Por isso, a prática fica concentrada durante a entressafra, quando as pastagens perdem qualidade nutricional, por causa do período seco.

Brasil: Exportação de boi em pé

	Quantidade (mil cabeças)	Valor (US$)
2004	10	3.856
2005	110	35.392
2006	244	244.963
2007	431	431.837
2008	398	398.841
2009	518	518.193
2010	642	642.735
2011	401	478.900
2012	480	593.850

Fonte: SECEX

Exportação de gado vivo

Em 2012, houve um crescimento de 26% nos embarques de gado em pé, depois da baixa ocorrida em 2011. Mesmo assim, os números continuaram abaixo daqueles registrados em 2009 e 2010. Essa recuperação pode ser creditada ao reajuste dos preços da carne na Venezuela, principal comprador de gado em pé do Brasil, às crescentes compras da Turquia e à valorização do dólar.

O mercado importador venezuelano teve significativa participação, com 80% das aquisições em 2012. Em dezembro de 2011, o país havia suspendido a liberação de novas licenças para entrada de gado em pé, em razão da identificação do agente causador da vaca louca em uma vaca morta no Paraná, em 2011. O Líbano, segundo maior comprador, reduziu as aquisições.

O Brasil faz parte de um grupo seleto de dezenove nações que detêm o *status* de risco insignificante para a doença em todo o mundo. A identificação de um caso atípico da doença numa fazenda do Paraná não coloca em risco o *status* brasileiro.

Depois das negociações entre os governos brasileiro e venezuelano, os exportadores assinaram um termo de responsabilidade para garantir a sanidade do rebanho. Posteriormente, os dois países acordaram um novo protocolo sanitário mais garantias aos importadores em relação ao risco de vaca louca no rebanho brasileiro. Já a Jordânia e o Líbano, dois dos grandes importadores de gado em pé, fizeram embargo ao produto brasileiro oriundo somente do Paraná, estado que não exporta gado vivo. As exportações são feitas, basicamente, pelo Pará (90%) e o Rio Grande do Sul (10%).

Sustentabilidade, agronegócio e consumo

Aziz Galvão da Silva Júnior*

Sustentabilidade, conforme o relatório Brundtland da Organização das Nações Unidas, de 1987, está relacionada à responsabilidade de que as futuras gerações também possam suprir suas necessidades. O livro "Os limites do crescimento", publicado em 1972 pelo Clube de Roma, já afirmava que o crescimento econômico é incompatível com o estoque limitado dos recursos naturais. Outras previsões, algumas vezes alarmistas, são reforçadas com base na divulgação dos impactos das atividades humanas, como o efeito dos gases do efeito estufa (GEE) nas mudanças climáticas.

Setor primário no sistema econômico, a agropecuária utiliza os recursos naturais como insumos produtivos. Além disso, as suas atividades produtivas ocorrem, principalmente, no próprio ambiente natural. Nesse contexto, o agronegócio brasileiro tem sido criticado por causar impactos ambientais negativos com o desmatamento e as emissões de GEE. Mas, foi o uso de recursos naturais que permitiu aos países desenvolvidos atingir o atual padrão econômico e social. Por esse motivo, é importante destacar os avanços e as iniciativas na área de sustentabilidade.

No Brasil, com o aumento da produtividade, as principais cadeias produtivas do agronegócio conseguem, ao mesmo tempo, elevar a produção e poupar recursos. A moratória da soja é um exemplo de acordo bem-sucedido entre os diversos elos da cadeia de produção para evitar desmatamento no bioma amazônico, o que vai muito além do cumprimento de leis ambientais, já bastante restritivas.

A cadeia de produção de carne bovina, por meio do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), mobiliza os elos da cadeia de produção e implementa ações para diminuir os impactos ambientais nos biomas brasileiros, com a disseminação de práticas e tecnologias adequadas. Recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) destaca que tecnologias de manejo, alimentação e aproveitamento de dejetos podem diminuir em até 30% as emissões de GEE.

A sustentabilidade está relacionada ao consumo. O desperdício anual de 1,3 milhão de toneladas de alimentos, conforme dados da FAO, de setembro de 2013, mostra uma situação de consumo insustentável. Além da questão ética, quando se considera que 870 milhões de pessoas passam fome todos os dias, este desperdício custa cerca de US$ 750 bilhões e significa mal uso de recursos naturais, como água, energia e terra. No caso específico do consumo de carne, dois terços do desperdício ocorrem nos países desenvolvidos, onde os consumidores não sofrem limitações de renda, compram em excesso e descartam alimentos imediatamente após e mesmo antes da data de vencimento.

A preservação dos recursos naturais determinará que as gerações futuras poderão suprir suas necessidades. Entretanto, não devemos esquecer que uma parte significativa da geração atual não tem disponibilidade e, principalmente, acesso, em função do desperdício e falta de recursos financeiros, a alimentos saudáveis e seguros. Sustentabilidade e fome são incompatíveis. A agropecuária tem o desafio de manter o consumo alimentar com o aumento populacional. O agronegócio brasileiro, em função de sua capacidade de produção, desenvolvimento tecnológico e iniciativas para redução de impactos ambientais, certamente, continuará a ser imprescindível para a sustentabilidade.

*Professor de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa

Crédito intensifica pecuária

Rafael Curado Fleury*
Pedro A. Arraes Pereira*

O desafio de fortalecer o Brasil como potência agrícola e ambiental passa por levar em consideração o planejamento e a gestão territorial da agricultura. Essa é a condição para ganhar produtividade e poupar recursos naturais. Como elemento estratégico de garantia de segurança alimentar regional, é fundamental desenvolver a gestão de paisagens agrícolas sustentáveis e a permanência de uma agricultura familiar.

O crescimento da produção agrícola com preservação envolve também um novo arranjo da pecuária, tendo a intensificação do setor como elemento indispensável a uma ampla otimização do uso da terra. Quanto a isso, cabem ações ligadas à implementação e adequação do Código Florestal e ao fomento da produção florestal. A promoção de negócios com florestas biodiversas e a regionalização do crédito rural induzem a inovação e as boas práticas agropecuárias.

Exercitar a agricultura como instrumento de desenvolvimento econômico significa, entre outros assuntos, olhar o aumento da demanda de alimentos e os impactos no agronegócio, a promoção de um futuro renovável e a gestão de propriedades com abertura de capital.

De característica extrativista, com baixa produtividade, conduzida com carência de manejo e sem gestão financeira, a pe-



STOCK.XCHNG

cuária tradicional apresenta indicativos de sua inviabilidade econômica ao ceder áreas para o setor agrícola, ou mesmo contribuir para alguns milhões de hectares em processo de degradação no Brasil.

Nesse diapasão, as exigências do mercado, a competição com a agricultura, a valorização da terra, a desvalorização do boi gordo e o aumento dos custos de produção empurram a bovinocultura de corte em direção a um modelo de produção mais profissional – focado em tecnologia e gestão.

A linha de crédito Intensifica Pecuária parte da premissa de alinhar o modelo produtivo pecuário às técnicas e procedimentos que colaboram para uma maior sustentabilidade e desenvolvimento da atividade. Os produtores serão beneficiados na medida em que cumprirem os itens da lista de verificação dos pontos de controle. Para tanto, será montado um documento denominado Plano de Gestão, composto de:

1. Dados do projetista/assistente técnico;
2. Detalhamento das atribuições do projetista/assistente técnico;
3. Dados da propriedade e do produtor;
4. Detalhamento das atribuições do produtor;
5. Diagnóstico da propriedade, com o *checklist* dos itens de verificação;
6. Metas e prazos para cumprimento dos itens de verificação.

O cumprimento será verificado por entidade parceira do projeto, a ser definida em cada região (Federação de Agricultura do estado, SENAR, Sebrae, sindicato rural, EMATER, instituição financeira etc.). A remuneração do projetista/assistente técnico estará prevista no projeto como item financiável e não poderá exceder 15% do valor total financiado. A quantidade e a periodicidade das visitas do projetista/assistente técnico serão definidas em comum acordo com o produtor rural.

**Técnicos da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

Diálogo: MAPA e o GTPS

Antônio Andrade*



Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) Como está o Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), uma das prioridades do MAPA?

Ministro Antônio Andradre Do lançamento do Programa ABC, no ano safra 2010/11, até a safra de 2012/13, houve um crescimento na adesão à linha de crédito de 584%, somando 16.445 contratos firmados no período. Em apenas um ano, na temporada anterior, o total de contratos somou 11.135. Isso demonstra que as ações do MAPA para divulgar o Programa estão funcionando e que os produtores estão aderindo às técnicas sustentáveis nos campos brasileiros. A expectativa, para a temporada atual, é que o ritmo de adesões continue forte.

GTPS As exportações de carne bovina estão em recuperação. Como estão os trabalhos para promoção internacional do produto?

Ministro Juntamente com outros órgãos do governo federal, o MAPA articula, todos os anos, a participação do setor produtivo em eventos internacionais e organiza seminários nacionais para a promoção do agronegócio brasileiro. É importante ressaltar que o crescimento das exportações também reflete o trabalho para a abertura de novos mercados, como a recente liberação pela Rússia de dois estabelecimentos no Pará e outros seis no resto do País, todos de carne bovina.

GTPS Alguns mercados ainda embargam o produto por conta do episódio da vaca louca. Estamos revertendo essa situação?

Ministro Estamos. Alguns mercados ainda não retomaram as compras, e, apesar do crescimento das nossas exportações, o governo brasileiro tem negociado para que esse comércio seja recuperado o quanto antes. Os ministérios da Agricultura e de Relações Exteriores têm mantido contato com os países, buscando uma solução para essa questão. No momento, as partes estão em processo de entendimento.

GTPS Quais os progressos na campanha de vacinação contra a aftosa?

Ministro Atualmente, o índice de imunização do nosso rebanho supera os 97%, mostrando a efetividade das campanhas realizadas pelo Ministério da Agricultura. Tal resultado tem possibilitado alcançar o nosso maior objetivo, que é tornar o Brasil livre de aftosa com vacinação. A expectativa é de que, até 2015, consigamos alcançar esse importante resultado para o País.

GTPS A liberação de verbas para a defesa sanitária segue regularizada?

Ministro Está regularizada. Os ministérios como um todo tiveram que se readequar aos reajustes no Orçamento, mas a defesa agropecuária está adequando-se aos poucos à nova realidade. A expectativa é de que mais recursos, por meio de emendas parlamentares, sejam liberados em breve para fortalecer ainda mais a inspeção sanitária no País.

*Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

make.

ENXERGUE ALÉM COM NOSSAS SOLUÇÕES

DOW®

Dow AgroSciences



Portifólio completo em constante evolução, serviços e ampla rede de distribuidores autorizados prontos para oferecer todo o suporte para o sucesso dos seus negócios. É assim que a **Dow AgroSciences** atua para atender às necessidades de um mundo em crescimento, oferecendo à pecuária brasileira as melhores soluções para o aumento da sua produtividade.

0800 772 2492 | www.dowagro.com.br

Linha Pastagem™

Soluções para um Mundo em Crescimento

®™Marcas registradas de The Dow Chemical Company ou companhias afiliadas.



CPAC.EMBRAPA.BR

Aporte de recursos

Eduardo Bastos*

Como as barreiras à sustentabilidade enfrentadas pela pecuária brasileira são vividas e sentidas entre os elos que permeiam a cadeia produtiva, tomamos a iniciativa de lançar o Programa Pecuária Sustentável na Prática (PPSP), com o objetivo de desenvolver e testar mecanismos e ferramentas para uma produção mais sustentável, em diversas regiões do Brasil.

O Farmer Support Programme (FSP), fundo do governo holandês gerenciado pela ONG Solidaridad, reconheceu o alcance dessa iniciativa e concedeu o financiamento de € 926 mil, aproximadamente R$ 3 milhões, para a sua realização. Somado a isso, contaremos com a contrapartida quase três vezes maior do próprio Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), na forma de seus associados e parceiros locais, com uma verba próxima de R$ 12 milhões.

Ao apoiar o programa, o FSP materializa seu objetivo de incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de melhores condições de trabalho e vida nas áreas de fronteira agrícola, principalmente de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Trata-se de uma identificação com os ideais do GTPS, traduzidos no debate e na formulação de princípios, práticas e padrões comuns a ser adotados pelo setor, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, com justiça social, equilíbrio ambiental e viabilidade econômica.

Nesse contexto, o envolvimento e a participação dos segmentos componentes da cadeia produtiva, junto com a sociedade civil, passam a ser de importância estratégica. Entre as barreiras identificadas pelo GTPS na produção pecuária brasileira, estão: pastagens degradadas e sem manejo; gestão inadequada da propriedade; falta de assistência técnica pública ou privada; acesso restrito ao crédito devido a restrições de gestão, ambientais e fundiárias; baixa produtividade (@/ha/ano); fraca lucratividade (R$/ha/ano), dentre outras.

Ao final de 2015, quando o projeto se conclui, o programa terá compilado um Guia de Pecuária Sustentável, com base nas experiências dos associados e foco no 'como fazer'. Além disso, teremos desenvolvido e testado um modelo de capacitação de multiplicadores da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), assim como indicadores setoriais do GTPS para a análise e melhorias da pecuária nacional. Com estas ferramentas, os resultados esperados são de mais informações disponíveis para os produtores, facilidade do acesso de médios e pequenos produtores à assistência técnica e melhoria da gestão para a sustentabilidade na cadeia de suprimentos.

Os números do programa também merecem destaque: são vinte e quatro parceiros – entre eles, dois frigoríficos, quatro associações de produtores, quatro provedores de insumos ou assistência técnica, dois supermercados, seis ONGs, dois bancos, dois sindicatos rurais e uma prefeitura –, divididos em cinco estados (MT, MS, PA, RO e BA); aproximadamente 900 produtores envolvidos; e 800 mil hectares. Sete projetos locais vão servir-nos de laboratório, para implantar unidades demonstrativas, treinar técnicos e testar indicadores de melhoria contínua. A ideia é aprender, construir e compartilhar a partir das experiências locais dos associados do GTPS.

*Presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)

Visões distorcidas

Geraldo B. Martha Jr.*

Quando se fala sobre a pecuária brasileira, é frequente difundir a visão de uma atividade pouco produtiva e ineficiente, incompatível com a realidade e as demandas do século XXI. Nesse debate, é comum vermos dois equívocos.

Primeiramente, do ponto de vista conceitual, o cálculo da produtividade animal em pastagens é obtido pela multiplicação da taxa de lotação (cabeças por hectare) pelo desempenho animal (ganho de peso). Entre 1950 e 2006, quando se faz a decomposição dos ganhos conquistados em produtividade, a participação do desempenho animal é de 38%; enquanto a taxa de lotação fica em 62%. Já, de 1950 a 1975, a produtividade cresceu apenas 0,28% ao ano, para, então, de 1975 a 1996, subir a 3,62% ao ano.

Na verdade, a parcela substancial dos resultados da modernização da pecuária aconteceu entre 1996 e 2006, quando a produtividade cresceu 6,60% ao ano e o desempenho animal explicou 65% deste ganho. Então, quando se toma, incorretamente, a taxa de lotação como sinônimo de produtividade, a taxa de crescimento entre 1996 e 2006 fica em 2,30% (35% do ganho real). Logo, esse critério equivocado induz a erros de interpretação, subestimando em até três vezes os ganhos reais de produtividade registrados na pecuária.

Em segundo lugar, temos a consideração de que a bovinocultura é uma exploração de baixa tecnologia, que cresce prioritariamente à custa da expansão da área de pastagem. No entanto, a decomposição dos fatores de crescimento da produção pecuária entre 1950 e 2006 mostra que os ganhos de produtividade justificaram 79% do crescimento na produção, enquanto a expansão de área de pastagem respondeu por menos de 21% deste avanço. No período, estes ganhos de produtividade possibilitaram um expressivo efeito poupa-terra de 525 milhões de hectares. Portanto, sem estes ganhos, uma área adicional de 525 milhões de hectares – 25% superior ao bioma Amazônia do Brasil – seria necessária para obter a mesma produção de carne bovina registrada em 2006. Entre 1996 e 2006, o aumento da área de pastagem na região Norte explicou menos de 6% do crescimento da produção. Os ganhos de produtividade nesta região promoveram um efeito poupa-terra de 73 milhões de hectares.



STOCK.XCHNG

Existem discordâncias quanto às estatísticas da pecuária. Números alternativos aos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam, para 2010, uma área de pastagem no País aproximada de 210 milhões de hectares e uma produção de 8,8 milhões de toneladas de equivalente carcaça. Quando se toma esses dados, para o período de 1950 a 2010, os ganhos de produtividade ainda explicariam expressivos 68% do crescimento da produção. O efeito poupa-terra seria aumentado para 665 milhões de hectares.

Diante desses resultados, mesmo com as dúvidas em torno de qual base de dados que melhor representa os aspectos estruturais da pecuária nacional, é inquestionável a importância dos ganhos de produtividade, com a geração de um expressivo efeito poupa-terra e benefícios significativos para a preservação dos recursos físicos.

Existem as críticas dirigidas à pecuária no sentido da necessidade de trilhar o caminho da sustentabilidade. Certamente, há espaço para avançar. A análise dos dados, porém, indica que a expansão da produção pecuária no Brasil foi fundamentada no incremento da produtividade, e não na expansão da área de pastagem. O desenvolvimento e a adoção de tecnologias baseadas em ciência foram fundamentais nesse processo.

Nesse esforço de modernização, o setor produziu, além dos já citados avanços ambientais, importantes benefícios socioeconômicos. Por exemplo, o preço da carne bovina, em junho de 2010, valia, descontada a inflação, cerca de 30% do valor pago em novembro de 1973. Essa expressiva queda de preços (acompanhada de menor volatilidade) tornou um alimento de alto valor biológico acessível aos mais pobres, atenuou pressões inflacionárias e, pelo efeito-renda da demanda – em especial na população de renda mais baixa –, dinamizou outros setores da economia. ■

*Supervisor de estudos estratégicos e pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação

Desafio 2050

Como alimentar o Planeta

João Sereno Lammel*


João Sereno Lammel

O FÓRUM Inovação – Agricultura e Alimentos para o Futuro Sustentável chegou à sua quinta edição, no dia 10 de outubro último, em São Paulo. Em 2009, quando foi realizada a primeira edição deste Fórum – iniciativa da FAO (Organização Mundial para Alimentação e Agricultura), da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal) e da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) –, a FAO chamou a atenção do mundo para um gravíssimo problema: no ano de 2050, o Planeta terá 9 bilhões de habitantes e será um grande desafio alimentar a todos.

Nesse imenso desafio, a ONU atribui ao Brasil uma missão particularmente especial: aumentar em 40% sua produção de alimentos para contribuir, de forma expressiva e fundamental, com o cumprimento dessa demanda por comida. E, já hoje, o mundo sofre com a fome: segundo o mais recente relatório da FAO, divulgado durante a Semana Mundial da Alimentação deste ano, cerca de 842 milhões de pessoas – aproximadamente uma em cada oito – sofreram de fome crônica no período 2011-2013, não obtendo alimento suficiente para levar vidas de forma ativa e saudável.

Durante essa quinta edição do Fórum Inovação – Agricultura e Alimentos, as entidades lançaram o programa Desafio 2050, que buscará traçar os caminhos que os diversos segmentos da sociedade civil, juntamente com os setores produtores de alimentos, precisam seguir para que as famílias de todo o mundo tenham, em suas mesas, comida farta e de qualidade. Neste ano, além das entidades organizadoras, apoiaram a realização do Fórum e o lançamento do Desafio 2050: a Embrapa; o movimento Todos Pela Educação; The Nature Conservancy (TNC); o Google; e a Rede Globo.

Mas, além de aumentar a produção, tão importante será trabalhar para reduzir as perdas de alimentos. Recentemente, a FAO lançou um documento em que aponta o mapa do desperdício do alimento. Todos temos uma parcela de responsabilidade para reduzir as perdas de alimentos: com mudança de hábitos, de atitudes e de cultura. Porém, de forma mais ampla, há uma atividade que, por essência, vem cumprindo a sua parte na redução do desperdício de alimentos, evitando as perdas que, antes de chegar às mesas, ocorrem já nas lavouras. Esta redução de perdas somente é possível com a tecnologia fitossanitária na proteção de cultivos. Segundo a própria FAO, as pragas reduzem, em média, 40% da produção de alimentos. Não há dúvidas de que precisamos defender nossos alimentos do ataque de insetos, doenças e plantas daninhas. E, portanto, não há mais como negar a importância das modernas ferramentas de defesa vegetal, aliadas ao Manejo Integrado de Produção (MIP).

O Desafio 2050 confere ao Brasil uma missão ainda maior: aumentar a sua produtividade ao mesmo tempo em que mantém a sustentabilidade da produção rural brasileira. E isso só é possível em aliança com a Ciência e a inovação. Somente com uso da tecnologia conseguiremos manter o avanço do agronegócio nacional, do País e da luta contra a fome.

Na produção rural, a palavra "ciência" pode traduzir-se como um sinônimo de "sustentabilidade". Aliando a Ciência às condições climáticas e geográficas do Brasil e ao empenho e à dedicação dos produtores rurais, produzimos cada vez mais, melhor e ainda mantemos os excelentes níveis de preservação dos nossos recursos naturais. São mais de 65% de florestas nativas preservadas.

Debater, portanto, o papel da Ciência e das inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável fez do Fórum Inovação uma das iniciativas que integram o calendário oficial da Semana Mundial da Alimentação. O lançamento do Desafio 2050 reafirma a participação decisiva do Brasil nessa missão – que é de todos – de alimentar o mundo. ■

*Engenheiro agrônomo e presidente do Conselho Diretor da Andef


STOCK.XCHNG

Diário de bordo

Mais comércio agrícola



Roberto Rodrigues*

É DE conhecimento geral que, no ano passado, o saldo comercial do agronegócio foi de 79,4 bilhões de dólares, mais de quatro vezes maior do que o saldo comercial do País todo, que foi de 19,4 bilhões de dólares. Já era, então, um número extraordinário, mas não para de crescer: segundo a SECEX do MDIC, de janeiro até setembro deste ano, o saldo do País era negativo em 1,62 bilhão de dólares, enquanto o do agronegócio era positivo em 65,3 bilhão. E ainda mais: considerados os últimos doze meses, de 1º de outubro do ano passado a 30 de setembro deste ano, o saldo do agro era de 85,5 bilhões de dólares e o nacional completo, de apenas 2,1 bilhões de dólares. A comparação entre os números impressiona: o saldo brasileiro caiu de 19 bilhões para 2 bilhões, e o do agro subiu de 79 bilhões para 85 bilhões de dólares.

Também se sabe que a soja tem sido grande impulsionadora das exportações. Sozinha, sua cadeia produtiva, no ano passado, exportou 26,1 bilhões, equivalentes a 11% das exportações totais do País e a 27% das do agronegócio. A safra desta leguminosa, em 2012, foi de 81,5 milhões de toneladas. Pois bem: para o ano que vem, estima-se que a produção de soja supere 88 milhões de toneladas, ficando acima da produção norte-americana, que deverá chegar a 86 milhões. É, portanto, de se supor que, em 2014, se mantenha a saga do saldo comercial sendo puxado pelo agro, mesmo porque a demanda dos principais importadores, como a China, não para de crescer.

Considerando outros produtos, como açúcar, café, carnes, produtos florestais, suco de laranja, tudo indica que, no ano que vem, o agro tenha de novo grande peso no saldo comercial, embora o ânimo na indústria venha também melhorando no segundo semestre de 2013, sinalizando investimentos produtivos no setor.

Por isso, fica cada vez mais evidente a necessidade do País buscar acordos comerciais com os grandes consumidores mundiais de alimentos, fibras e energia. Avulta a importância de acordos bilaterais com outros países, em busca de mercados que nos permitam crescer no agronegócio, agregando valor às *commodities* agrícolas, gerando empregos, riqueza, renda e excedentes exportáveis no Brasil.

Mas, além de acordos bilaterais ou com blocos – como a União Europeia, em estudo –, existe um acordo chamado Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC), assinado em abril de 1988, em Belgrado, no âmbito da UNCTAD. O acordo foi subscrito mais tarde, em abril de 1989, por quarenta países, inclusive o nosso. Em 1997, houve, em Genebra, outra Rodada entre os países signatários e, em 2010, uma terceira, em São Paulo. Dos vinte e dois países que vieram a esta terceira discussão, onze assinaram o acordo: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia e Marrocos, alguns dos quais grandes consumidores de produtos agrícolas.

O objetivo do acordo é exatamente incrementar o comércio entre os signatários, a partir do estabelecimento de margens de preferência, num percentual aplicável pelo país importador às tarifas do produto importado que constem de uma lista de concessões.

Segundo o texto aprovado em 2001, haverá uma margem de preferência de 20% em boa parte das exportações dos signatários. Isso significa, por exemplo, que um produto que a Índia importe dos Estados Unidos com uma tarifa de 10% seria importado do Brasil com tarifa de 20% a menos, isto é, de 8%. Parece pouco, mas, em muitos produtos, isso faz a diferença. E a recíproca é verdadeira, isto é, o Brasil daria preferência aos produtos vindos dos países participantes. Setores considerados sensíveis ficariam fora dessa liberação, mas não há duvida de que o SGPC pode criar bons mercados para o agro brasileiro.

No entanto, o acordo ainda não foi implementado por nosso País e, aparentemente, continua em estudo no âmbito do Executivo federal. Está passando da hora de sair das intenções para a realidade. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

De olho no consumidor



Cesário Ramalho da Silva*

ESTIVE NA feira de Anuga (na Alemanha), no final de setembro, uma das maiores mostras mundiais de alimentos e bebidas, com 7 mil expositores de quase 100 países. O Brasil esteve muito bem representando por mais de setenta empresas, que, juntas, fizeram negócios da ordem de US$ 1,1 bilhão, segundo a Apex-Brasil.

O Brasil expôs diversos produtos, de biscoitos, balas e chocolates, passando por sucos, castanhas, cachaça e vinho, chegando às carnes, num verdadeiro *road show* da indústria agroalimentar brasileira para o mundo.

A avicultura participou com dezesseis empresas; a carne bovina marcou presença com quinze; e o setor de carne suína, com três. A mensagem-chave disseminada foi de que a carne brasileira tem os atributos de qualidade, segurança sanitária e sustentabilidade, tudo isso embalado em um conceito de marca *Brazilian beef*. Outro destaque foi a indústria de suco de laranja, num esforço institucional, comercial e de *marketing* liderado pela CitrusBR.

E é com base nessa experiência que quero fazer uma reflexão acerca da organização das cadeias produtivas, agregação de valor e alinhamento entre produção e anseios do consumidor.

O relacionamento das cadeias produtivas agrícolas é conflituoso por natureza. Se, no universo das *commodities*, as cotações em bolsa balizam as negociações, em outras áreas (como, por exemplo, a das carnes), o cenário é diferente. Os critérios são mais amplos, tênues e, justamente por serem menos claros, geram discussões. Contudo, sempre impera o quadro de que o fornecedor quer que o seu produto seja mais valorizado, e o comprador vai barganhar sempre, a fim de pagar menos.

Entretanto, essa é uma questão que precisa ser debatida dentro do setor, com a criação de mecanismos que deem transparência e objetividade à remuneração dos fornecedores. E por que separei esse ponto? Porque vi, na feira de Anuga, um belo exemplo de como o produto agrícola brasileiro pode ser vendido de maneira mais competitiva, por meio de uma organização profissional que explora a agregação de valor.

Sob o guarda-chuva das entidades agroindustriais, os frigoríficos e as indústrias de suco deram *show*, funcionando como um cartão de visitas para o produto nacional. Essa organização tem que servir de exemplo para o setor primário, para os produtores "descomoditizarem" sua atividade e assumirem um patamar mais elevado e diferenciado em seus negócios.

É claro que há os entraves de custos, socioambientais e de acesso a tecnologia, que gradativamente alteram a dinâmica do setor produtivo. As megafazendas são as protagonistas da produção de *commodities* hoje, e os pequenos contam com apoio estatal para migrar para agricultura de mercado; todavia, ao cumprirem esta etapa, estarão sujeitos aos mesmos desafios enfrentados pelos médios produtores. Ou se juntam em grupos e cooperativas, por exemplo, ou apostam em nichos.

É o caso, por exemplo, dos produtores que investem na indicação geográfica, certificação que leva em conta características naturais ou humanas do território de origem ou do processo de fabricação, com foco na qualidade e tipicidade do produto como fatores de diferenciação. São produtos com identidade e valor próprios e únicos, com atributos exclusivos em função de recursos naturais, clima, solo, modo de fazer, fatores culturais e relacionados a tradições. Fazem parte dessa seleta lista, a cachaça de Paraty (RJ) e de Salinas (MG); o café do Cerrado Mineiro, da Serra da Mantiqueira (MG) e do norte paranaense; o camarão da Costa Negra (CE); a carne bovina dos Pampas, o vinho do Vale dos Vinhedos e o arroz do litoral, todos do Rio Grande do Sul; o queijo do Serro e da Canastra, ambos em Minas Gerais; entre tantos outros.

À medida que a renda cresce, o consumidor vai demandar, além de maior quantidade, variedade e qualidade de alimentos.

O produtor rural precisa refinar sua percepção acerca das demandas dos consumidores, e as empresas precisam compreender que o produtor deve ser tratado como parceiro, com uma renda adequada ao peso do seu papel. E o Governo? Ah, o Governo precisa qualificar o seu trabalho diplomático, investindo em mais inteligência comercial. Mas, isso é tema para futuras colunas. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Sanidade para a manutenção da vida



Mônika Bergamaschi*

A AGRICULTURA é uma das atividades mais antigas de que se tem conhecimento. Ela permitiu que o homem deixasse de ser nômade, na incessante busca por alimentos, constituindo o alicerce para a formação das civilizações. Mas, desde a mais remota existência, a convivência da atividade agropecuária com pragas e doenças vem selando os destinos de populações. No Antigo Testamento, no livro do Êxodo, está relatada a passagem das dez pragas do Egito. Segundo a tradição judaico-cristã, Deus enviou-as, pelas mãos de Moisés, ao faraó do Egito e seu povo, para que Israel fosse libertado e para que Deus fosse reconhecido como único.

Segundo historiadores, elas estavam relacionadas com catástrofes naturais, proliferação de algas, ataques de insetos, fungos, aparecimento de doenças nos animais, contaminações em alimentos armazenados e consequente mortandade de seres humanos.

A prevenção e o controle de pragas e doenças são imprescindíveis tanto para a sanidade das lavouras e das criações, quanto para a manutenção da vida em seu aspecto mais amplo. Incontáveis pragas exóticas já se adaptaram por estas terras tropicais, e outras tantas estão por vir.

Uma das mais recentes atende por *Helicoverpa armigera* e está tirando o sono de muita gente. A lagarta vem causando expressivos prejuízos, principalmente nas culturas da soja, milho e algodão Brasil afora. Há relatos também de ataques em feijão, milheto, sorgo, tomate, pimentão, café, frutas de caroço e outros. Em comparação a outras lagartas, ela é altamente polígafa e voraz e coleciona mais de 180 espécies hospedeiras.

Pesquisadores acreditam que a desastrosa intensificação dos ataques decorreu da inadequada aplicação de tecnologias de produção, associada ao plantio sucessivo de espécies hospedeiras, criando condições para a sobrevivência e para o desenvolvimento de resistência aos mecanismos de controle conhecidos.

Sejam quais forem as causas, é necessário criar uma estratégia de combate: uma ação que contemple todas as etapas de plantio e manejo, envolvendo cultivares, controle biológico, armadilhas, iscas, defensivos químicos, além da adoção de áreas de refúgio e períodos de vazio sanitário, conforme recomendações técnicas. É preciso restabelecer o equilíbrio dos sistemas de produção, antes que outros insetos também se adaptem.

Em razão dos prejuízos causados no estado de São Paulo, notadamente nas culturas do algodão, soja e feijão, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo criou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um plano de manejo da praga.

Em setembro, um *workshop* com o tema "Ameaças fitossanitárias: construção de uma política de combate à *Helicoverpa armigera* e outras pragas exóticas para o estado de São Paulo" reuniu 300 pessoas em Campinas. Foram debatidos o histórico da praga, identificação, distribuição geográfica, manejo integrado, monitoramento e inspeção.

No evento, foi lançado um material gráfico com as principais pragas exóticas potenciais e seus riscos ao agronegócio paulista e brasileiro, com a tecnologia do *QR code*. O dispositivo permite o acesso ao material pelo celular, desde que este tenha instalado o aplicativo – que é gratuito – e que haja acesso à internet.

Ao posicionar o leitor diante do código, o usuário é remetido a um site (www.poster01.defesaagropecuaria.com) com informações sobre as pragas exóticas que entraram no Brasil desde 1901 e que atacam a agricultura. Há também as pragas quarentenárias, para as quais existem normativas oficiais, e as que nunca foram identificadas em nosso território.

Ao alcance da mão, a tecnologia permite a visualização de fotos em alta definição, para facilitar a identificação, com nome científico, morfologia da praga, histórico de ocorrência no Brasil, bioecologia, danos, métodos de controle e indicação de plantas hospedeiras.

A adoção de boas práticas de produção, o monitoramento e a rapidez na identificação dos agentes causadores dos danos é que definirão quem sucumbirá, as pragas ou as lavouras. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em outubro de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	330.000	480.000	380.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	550.000	700.000	555.000	700.000
New Holland	CR 9060	740.000	900.000	890.000	792.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	690.000	700.000
New Holland	TC 5090	405.000	450.000	590.000	478.000
New Holland	TC 5070	370.000	365.000	480.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	720.000	891.000	680.000
Valtra	BC 7500	750.000	850.000	968.000	830.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	638.000	470.000
John Deere	1175 HY	345.000	490.000	370.000	463.500
John Deere	9470	501.000	655.000	540.000	633.450

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em outubro de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	110.000	142.000	118.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	158.000	160.000	145.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	215.000	-	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	175.000	160.000	165.000	196.000
New Holland	TM 7040	210.000	200.000	200.000	212.000
New Holland	T 7245	270.000	270.000	300.000	322.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	137.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	196.000	220.000	238.000
Valtra	BH 205-4	205.000	210.000	236.000	255.000
John Deere	7210	272.000	306.000	320.000	292.000
John Deere	8335	375.000	600.000	560.000	635.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de roçadeiras em outubro de 2013 (R$/unidade)

MARCA	MODELO	LARGURA DO CORTE (M)	POTÊNCIA MÉDIA DO TRATOR (CV)	PREÇO (R$)
		ARRASTO		
ICMA	B Arrasto	1,6	40	8.071,00
Inroda	SP2	1,8	80	21.520,00
Inroda	SP2 Triplo	1,8	110	22.165,00
Inroda	SP1	1,8	60	19.790,00
Inroda	SP1 Triplo	1,8	110	20.470,00
Tatu	ROAT 1700	1,7	60	13.600,00
Tatu	ROAT 3400	3,4	70	19.300,00
Santa Izabel	RCL 1300	1,3	45	5.968,16
Santa Izabel	RCL 1500	1,5	50	6.270,00
Santa Izabel	RCL 1700	1,7	65	6.907,00
Santa Izabel	RCLTD 1300	1,3	45	5.436,16
Santa Izabel	RCLTD 1500	1,5	50	5.685,50
Santa Izabel	RCLTD 1700	1,7	65	6.110,50
		HIDRÁULICO		
Tatu	RO 1300 – Correia	1,3	36	7.500,00
Tatu	RO 1500 – Correia	1,5	50	5.750,00
Tatu	RO 1700 – Correia	1,7	60	5.950,00
Tatu	RC 1300 – Cardan	1,3	36	4.800,00
Tatu	RC 1500 – Cardan	1,5	50	5.200,00
Tatu	RCP 1500 – Cardan	1,5	50	11.800,00
Tatu	RC 1700 – Cardan	1,7	60	4.880,00
Baldan	RP 1300	1,3	61	6.450,00
Baldan	RP 1500	1,5	73	6.580,00
Baldan	RP 1700	1,7	73	7.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

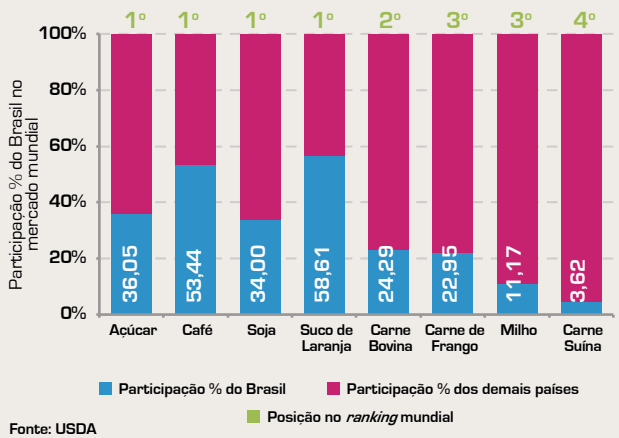
Considere um agricultor que queira, em outubro de 2013, comprar uma colheitadeira modelo TC 5070, da New Holland, cujo preço é R$ 370.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 74.000,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para fevereiro de 2014). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2013/2014). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 417.982,95 pela colhedeira.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/02/14	R$ 296.000,00	R$ 29.600,00	R$ 9.390,59	R$ 38.990,59	1
01/08/14	R$ 266.400,00	R$ 29.600,00	R$ 9.680,58	R$ 39.280,58	2
01/02/15	R$ 236.800,00	R$ 29.600,00	R$ 6.424,84	R$ 36.024,84	3
01/08/15	R$ 207.200,00	R$ 29.600,00	R$ 5.621,74	R$ 35.221,74	4
01/02/16	R$ 177.600,00	R$ 29.600,00	R$ 4.818,63	R$ 34.418,63	5
01/08/16	R$ 148.000,00	R$ 29.600,00	R$ 4.015,53	R$ 33.615,53	6
01/02/17	R$ 118.400,00	R$ 29.600,00	R$ 3.212,42	R$ 32.812,42	7
01/08/17	R$ 88.800,00	R$ 29.600,00	R$ 2.409,32	R$ 32.009,32	8
01/02/18	R$ 59.200,00	R$ 29.600,00	R$ 1.606,21	R$ 31.206,21	9
01/08/18	R$ 29.600,00	R$ 29.600,00	R$ 803,11	R$ 30.403,11	10
Total		296.000,00	47.982,95	343.982,95	-

Total pago: R$ 74.000,00 (entrada) + R$ 343.982,95 (financiamento) = R$ 417.982,95.

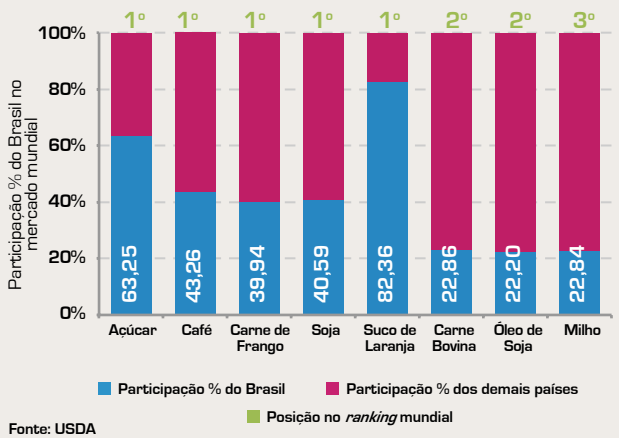
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



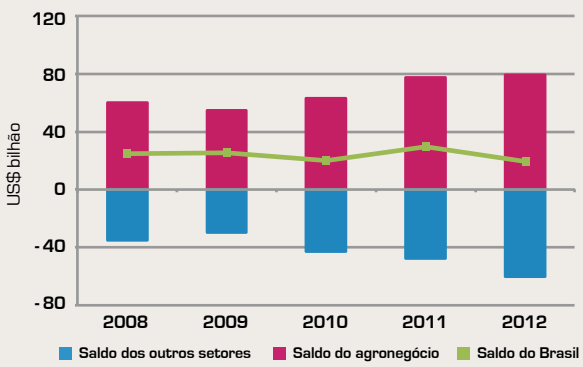
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



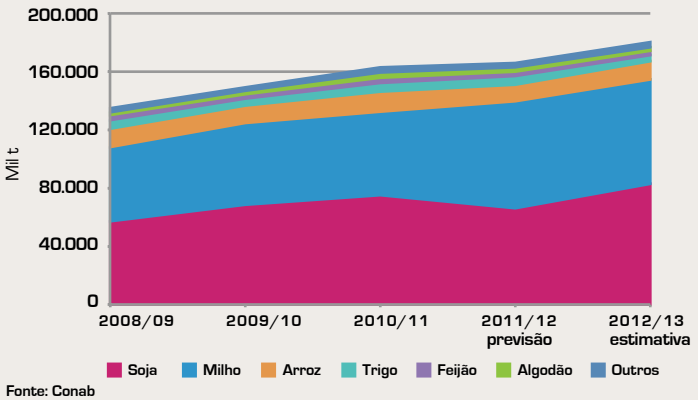
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



Fonte: SECEX

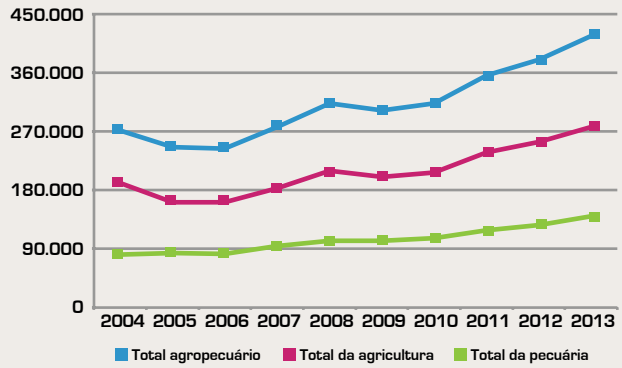
Brasil: Produção de grãos, por produto



Fonte: Conab

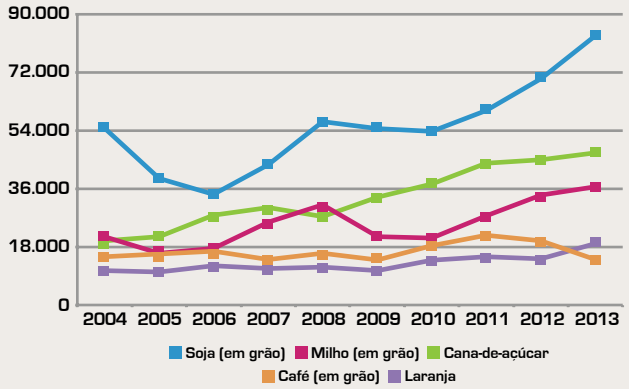
Produção agropecuária brasileira

Valor Bruto da Produção (R$ milhões)



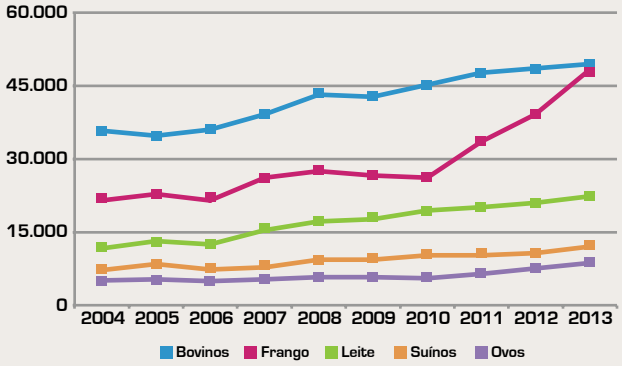
Fontes: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

Valor Bruto da Produção agrícola (maiores valores em R$ milhões)



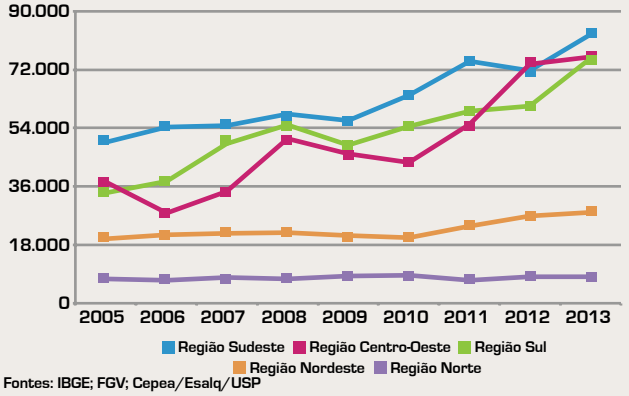
Fontes: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

Valor Bruto da Produção pecuária (R$ milhões)



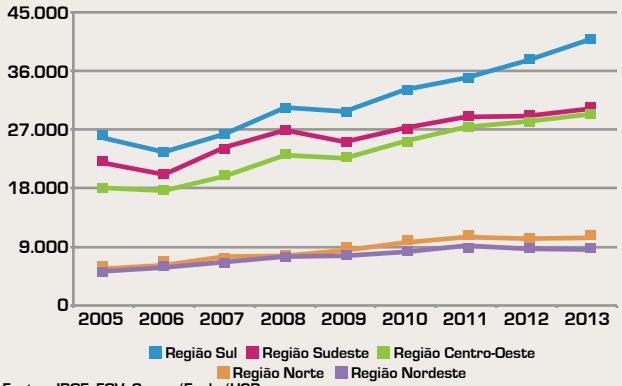
Fontes: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

Valor Bruto da Produção agrícola por região (R$ milhões)



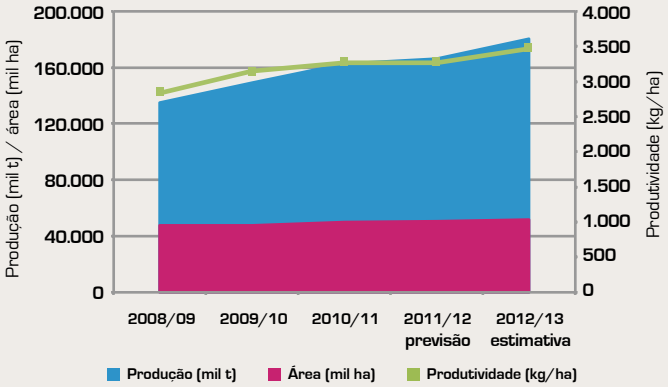
Fontes: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

Valor Bruto da Produção pecuária por região (R$ milhões)



Fontes: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

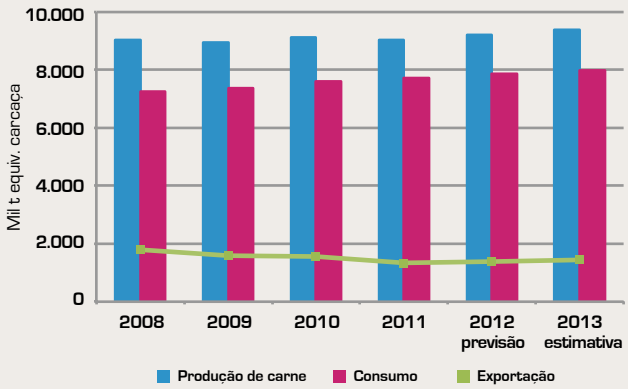
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

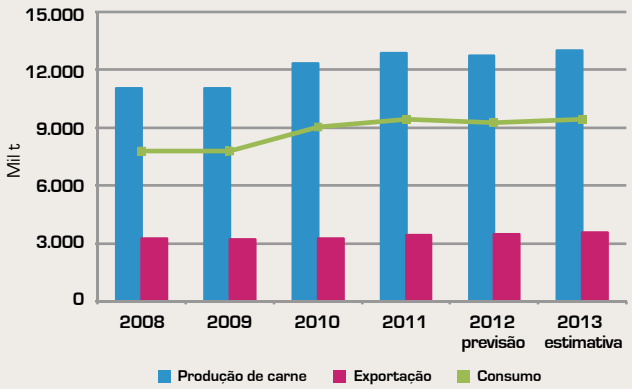
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



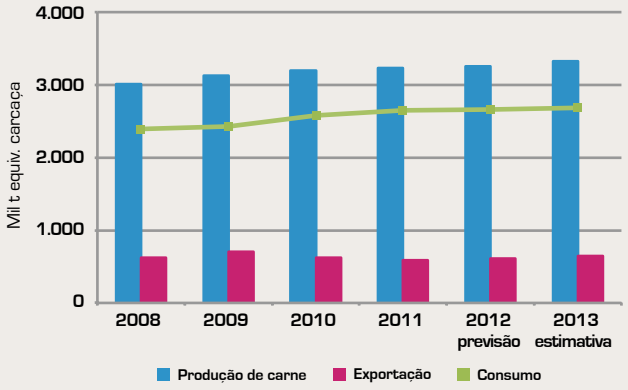
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



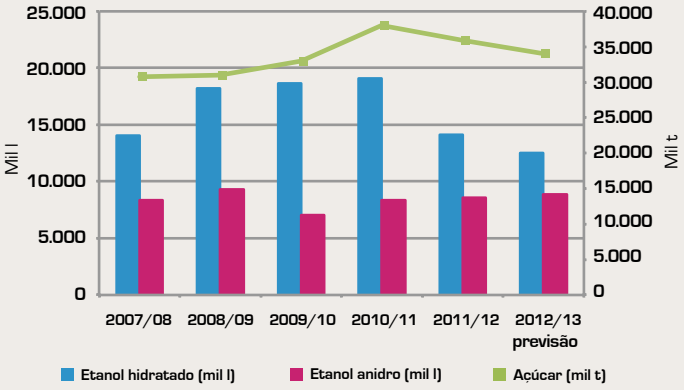
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



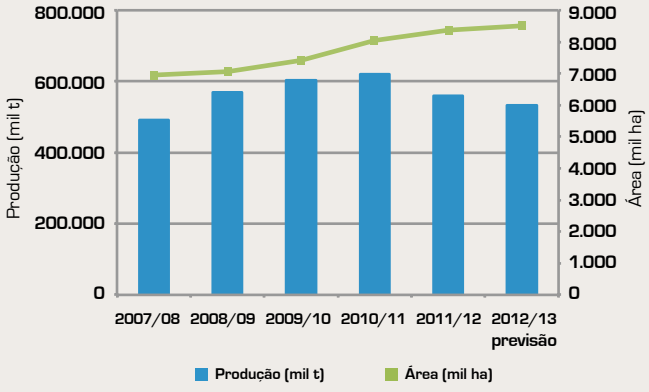
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



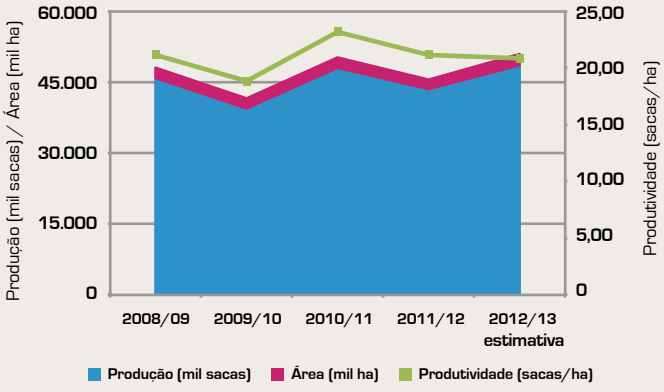
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab